



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 052

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE JUNHO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1091**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.06.2004

(a) NELSON TURECK

**REQUERIMENTO Nº 1097**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.06.2004

(a) ADEMAR TRAIANO

**REQUERIMENTO Nº 1090**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 689/2003, de sua autoria, que dispõe sobre a troca de água de lastro dos navios que operam nos portos marítimos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.06.2004

(a) WALDIR LEITE

**REQUERIMENTO Nº 1092**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, com base nos artigos 78 e 81 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prorrogação da presente Sessão Ordinária por mais 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 08.06.2004

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 1083**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profunda pesar, pelo falecimento do empresário, professor e esportista, Munir Calluf, ocorrido dia 03 de junho/2004, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 70 anos de idade, faleceu nesta Capital, no dia 03 de junho de 2004, o empresário, professor e esportista, Munir Calluf, que era viúvo da Sra. Marli Calluf e deixou dois filhos: Marcelo e Miguel.

O seu passamento veio entristecer profundamente, não apenas seus familiares, mas os amigos, dentre eles este Parlamentar, e principalmente os meios esportivos.

Munir que foi jornalista, ex-comentarista, atuou com grande destaque no rádio e na televisão, na década de 70. Formado em Educação Física foi professor da cadeira de Futebol na Universidade Federal do Paraná, trabalhou como técnico e supervisor em vários clubes paranaenses, além de ter atuado durante seis anos no Sendai Ikuei, do Japão. Foi bicampeão pelo Coritiba em 1968/69. Atuou como diretor da Federação de Árbitros de Futebol. No ano de 1999, conquistou seu último estadual, a serviço do Coritiba. Portanto, o futebol do Estado do Paraná perdeu um de seus maiores nomes.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e a nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Fique certo, estimado amigo, que em nossas preces sempre será lembrado. Descanse em paz.

Imploramos ao Pai Celeste para que os familiares de Munir Calluf encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Calluf, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações e aplausos a S. Exa. Revma. Dom Moacyr Vitti, pela sua posse, no próximo dia 18, como Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à S. Exa. Revma. Dom Moacyr Vitti.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

S. Exa. Revma. Dom Moacyr Vitti, nasceu em Piracicaba, Estado de São Paulo. Em 1940; em 1967, foi ordenado sacerdote, após se tornar Doutor em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino, em Roma. Em 1968, nomeado Vigário Pastoral do Rio de Janeiro; 1971, Promotor Vocacional da Congregação dos Estigmáticos; em 1973; Conselheiro Provincial da Congregação. Em 1976, Conselheiro Geral da Congregação, com sede em Roma; em 1982, Superior Provincial da Congregação no Brasil; em 1987, escolhido como Bispo Auxiliar de Curitiba. Em 1988, sagrado Bispo; Em 2002 nomeado Bispo de Piraquara, sua terra natal. Agora em 2004, no próximo dia 18, assumirá as funções de Arcebispo Metropolitano de Curitiba, - sendo o sétimo arcebispo da história da Diocese de Curitiba.

É grande a satisfação que sentimos ao recebermos um prelado da estirpe de S. Exa. Revma. Dom Moacyr José Vitti.

Honra-nos, sobremaneira, a sua nomeação, como nosso novo Arcebispo Metropolitano de Curitiba, e, nós, ovelhas submissas de seu imenso rebanho, o receberemos pois, como nosso amado pastor, e, aqui estaremos para acolher a sua bênção paternal. Sucessor dos apóstolos aqui nos achamos para venerar em sua pessoa, aqueles que Cristo elegeu para lançarem os alicerces da sua igreja. É S. Exa. Revma. o pastor, não só da palavra divina, mas o exemplo vivo das virtudes cristãs.

A fama de sua piedade e abnegação ecoou até nós, não nos sendo, portanto, desconhecida, pois conhecemos há longos anos a auréola de santidade que lhe nimba a fronte. A ação de S. Exa. Revma., tanto na esfera religiosa, como no campo do amparo social, é um penhor seguro de conforto para as almas que se acharão sob sua jurisdição eclesiástica.

Esteja certo, todavia, que encontrará aqui um povo crente e ordeiro, sequioso para revê-lo e por ouvir a palavra de Deus da boca autorizada de um prelado que sabemos, reúne todas as qualidades de espírito e coração. A fama de suas virtudes já ultrapassou as fronteiras do Brasil, e o povo desta terra sente-se feliz por revê-lo como nosso Arcebispo Metropolitano.

Como ovelhas submissas, portanto, estamos prontos a ouvir sua palavra apostolar, a emitir os seus exemplos, a seguir os seus passos, por mais árduo que seja o caminho a trilhar. Será S. Exa., não só o Ministro de Deus, no ministério da santa religião, mas, ainda, o conselheiro seguro nos pequenos e grandes problemas que a cada passo surgem no caminho de nossa existência.

Sêde pois, bem-vindo entre nós, ilustre príncipe da Santa Madre Igreja, que de braços abertos o receberemos como missionário de Cristo e mensageiro da paz.

Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, rogai por nós.

#### REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao Sr. Ricardo Silva Neves, o “Ricardinho das embaixadas”, pela conquista do Record Mundial de Embaixadas, obtido com o tempo de 24 (vinte e quatro) horas e 01 (um) minuto, nos dias 28 e 29 de maio passado, na Cidade de Ponta Grossa.

Requer, ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento ao interessado: Rua Sílvia Machado de Souza, 98 - Jardim América II - CEP: 84.050-130 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações e aplausos à Sadia SA., pelos 60 anos de existência, completados no dia 7 de junho de 2004.

Requer ainda, seja oficiado à direção da empresa a decisão do Parlamento, nas pessoas de Dr. Valter Fontana e Amaury Magalhães Maciel Filho, Diretor-Presidente da Sadia e Gerente-Geral da empresa com sede em Toledo, respectivamente.

Endereço: Av. Senador Atílio Fontana, 4040; CEP: 85.900-900 - Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Uma empresa que orgulha o Brasil. Fundada por Atílio Francisco Xavier Fontana, em 7 de junho de 1944, na Cidade de Concórdia-SC, a Sadia SA é líder nacional em diversas atividades ligadas ao setor alimentício. Está posicionada entre as maiores empresas de alimentos da América Latina e é uma das maiores exportadoras do País.

Com mais de 36 mil funcionários, a Sadia mantém 11 unidades industriais, duas unidades agropecuárias e centros de distribuição espalhados por todo o Brasil.

Exporta para 92 nações e no exterior tem representações comerciais em 10 países, abrangendo América Latina, Europa, Ásia e Oriente Médio.

Uma empresa que também muito orgulha o nosso Estado do Paraná, que por mais de quatro décadas vem atuando no Município de Toledo, entre outros, consolidando-se o maior complexo industrial com frigorífico de aves e suínos, além da produção de presuntos, empanados e ração para abastecimento dos produtores integrados, reunindo mais de 6 mil funcionários.

#### REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta augusta Casa de Leis, votos de aplausos ao Exmo. Sr. Deputado Federal Idekazu Takayama por sua patriótica luta para legalização dos latinos que vivem nos Estados Unidos da América do Norte. É autor do Projeto Cidadania Sem Fronteiras, que beneficia outros imigrantes de países como Japão, Inglaterra, Espanha e Paraguai, onde estão as maiores colônias de imigrantes brasileiros.

Em anexo, recorte do jornal Gazeta do Paraná, do dia 08/06/2004, que publicou a matéria.

Que se dê ciência ao nobre Deputado.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 1087

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao jovem Diegho Kozievitch, pela comemoração de seus 10 anos de carreira como ator paranaense, completados ao término deste primeiro semestre, do ano de 2004.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Nascido a 19 de novembro de 1986, Diegho Kozievitch é paranaense da cidade de Curitiba e mesmo sendo filho de catarinenses foi acolhido pelo Paraná, terra a qual se orgulha muito de pertencer.

Diegho começou sua carreira artística com seus meros sete anos de idade, quando pela primeira vez esteve no palco do Teatro Guaíra encenando a ópera La Boheme de Puccini, porém há muito já estava com a arte em sua vida, pois desde seus três anos já cantava em concursos artísticos e tinha sempre o apoio da família na sua escolha pelo lado artístico. Vindo de família humilde e com muitas portas fechadas esperando para ser abertas, o menino estava sempre lutando pelos seus sonhos. Com seis anos de idade, ingressou na Escola de Música e Belas Artes do Paraná após passar por um verdadeiro vestibular na luta por uma vaga para aprender música. No meio de mais de trezentos candidatos ele conseguiu seu lugar para poder aprender piano. Hoje, Diegho, além de ter estudado mais de seis anos as técnicas musicais, flauta doce e piano, aprendeu também a tocar violão e participa de muitos eventos musicais, CD'S e jingles.

Sua carreira como ator começa a partir de La Boheme, onde conheceu a grande artista paranaense Regina Vogue, que acreditou no menino e o chamou para participar de seus espetáculos, em sua grande maioria destinado às crianças, levando-as a um mundo de magia. Com ela o ator participou de montagens como a da peça O Menino Maluquinho, onde viveu o menino das histórias de Ziraldo. Peça elogiada pelo autor que a reconheceu como a melhor montagem por ele já vista de sua obra em todo o País. Diegho teve a oportunidade de participar de fóruns com Ziraldo em uma de suas passagens por Curitiba e teve seu nome reconhecido no meio artístico paranaense.

Mas, o garoto queria mais, participou da montagem da peça Peter Pan e a Terra do Nunca, da Walt Disney; Um Mundo a Conquistar, com texto de Maurício Vogue, ambas produzidas por Regina Vogue; e Os Aristogatas, também da Walt Disney, produzida por Isidoro Diniz. Teve a honra de atuar na ópera Curitim - A História de Curitiba, do autor Edilberto Vasconcelos, onde a história de nossa cidade foi contada desde a época da dominação indígena.

No ano de 1996, Diegho parte para a publicidade televisiva, onde participou de mais de 40 comerciais. Foi nesse momento que sua carreira começou a se consolidar, pois no ano de 1998, o garoto foi escolhido para ser pro-

tagonista da série Ilha Ra-Tim-Bum, da TV Cultura de São Paulo, projeto esse na época arquivado, dando oportunidade ao menino curitibano de participar da seleção para o longa metragem Castelo Ra-Tim-Bum O Filme, de Cao Hamburger, que é idealizador do programa de televisão e diretor do longa. Diegho foi selecionado entre mais de quinhentas crianças em todo o Brasil, sendo mais de cento e cinquenta só na capital paulista. Na história Diegho vive o papel de “Nino”, o protagonista do filme, um aprendiz de feiticeiro, atuando ao lado de atores consagrados como Marieta Severo, Rosi Campos, Sérgio Mamberti e Matheus Nachtergaele. Castelo Ra-Tim-Bum - O Filme foi para os cinemas de todo o país atingindo a marca de mais de um milhão de espectadores e recebeu prêmios no Brasil e no exterior como no International Children Film Festival de Chicago e Toronto, no Canadá, por ser considerado o melhor filme estrangeiro. Diegho foi aclamado pela imprensa nacional como revelação infanto-juvenil e elogiado pela crítica por sua simplicidade e responsabilidade que conquistaram os fãs das histórias do feiticeiro. O longa teve um reconhecimento tão amplo que passou na sessão de filmes: Tela Quente da Rede Globo e proporcionou ao ator a aparição em programas como Faustão, Fantástico, Vídeo Show e Jô Soares.

No ano de 2000 o ator voltou à emissora no programa Gente Inocente atuando ao lado do ator e apresentador Márcio Garcia e onde teve a oportunidade de homenagear celebridades como Renato Aragão por sua posição de Embaixador do UNICEF. Ainda no ano de 2000 Diegho voltou a filmar, só que agora realizando o sonho de poder fazer cinema em sua terra natal, quando participou do curta metragem À Deus Menino, de Beto Carminatti, no papel de um garoto de rua, vivendo todas as dificuldades da pobreza que assola nossa sociedade, no filme o garoto contracenou com a grande atriz paranaense Lala Schneider. À Deus Menino recebeu prêmios em festivais como o de Curitiba de cinema por sua responsabilidade social.

No ano de 2002 foi convidado a integrar o elenco do programa do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e do Disney Channel Disney Cruj, programa direcionado à classe infanto-juvenil elogiado pela crítica em sua forma de conquistar a audiência do horário, durante o período de um ano o ator esteve no papel de Sputnik, homenagem ao primeiro satélite artificial russo lançado para a Lua, vivia tramas radicais e aventuras que lhe trouxeram o reconhecimento da classe artística paulistana quando foi chamado para participar de programas como Hebe.

No ano de 2003 foi lançado o média metragem Paisagem de Meninos, uma homenagem ao artista plástico paranaense Potty Lazarotto, onde Diegho vive o papel de Napo, Potty quando criança. O filme se passa na época dos anos 30 e por isso foi filmado na cidade histórica da Lapa, que é a única do país que mantém as características históricas propiciando tal filmagem, o filme retrata a história dura de uma infância pobre vivida pelo artista plástico que era um apaixonado pelo cinema.

O filme logo que lançado foi indicado para o maior festival de cinema do país o Festival Latino Brasileiro de Cinema de Gramado - RS, no qual recebeu os prêmios de melhor filme, melhor roteiro, melhor direção de arte e proporcionou a Diegho o Prêmio Kikito de Ouro, como melhor ator de curtas e médias metragens, levando o ator a discursar para uma platéia de peso com autoridades como a do atual Ministro da Cultura Gilberto Gil, o governador do Estado do Rio Grande do Sul Germano Rigotto e a muitos atores consagrados nacionalmente.

Pela sua responsabilidade como pessoa pública Diegho é chamado para palestrar com os jovens de sua idade e até mesmo mais novos e mais velhos. O ator já palestrou para mais de 5000 jovens, sendo que na cidade de Pinhão, ao lado de Guarapuava, foram mais de 2000 jovens de todos os colégios da cidade. Diegho, de uma forma extrovertida e com uma linguagem simples de jovem pra jovem, fala dos mais diversos assuntos com os jovens desde expectativa de vida, profissões, até mesmo assuntos ligados ao mundo jovem, fala de assuntos didáticos ligados aos filmes que participou como o sistema solar citado no filme Castelo Ra-Tim-Bum e assuntos ligados ao mundo da Comunicação Social, sua habilitação de graduação que está cursando hoje. Diegho cursa Rádio e Televisão e por estar lidando com um curso da área de Humanas, tenta atingir seu público com discussões e debates tentando trazer desenvoltura ao jovem na hora de se expressar. Com 17 anos de idade, hoje, Diegho tem como sonho, poder estar lidando cada vez mais com o público trabalhando como ator e podendo produzir seus próprios filmes, já que optou por Rádio e Televisão. Tenta com as mais variadas formas deixar uma opinião sólida para as pessoas tentando fazer sua parte para melhorar a sociedade.

#### REQUERIMENTO Nº 1082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de imensa saudade pela despedida, no próximo dia 18, de S. Exa. Revma. Dom Pedro Antonio Marquetti Fedalto, como nosso Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento a S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Trinta e três anos depois de ter assumido, Dom Pedro Antonio Marquetti Fedalto, deixa a Arquidiocese de Curitiba.

Nascido em 11 de agosto de 1926, em Campo Largo, na antiga Colônia Rebouças, foi ordenado sacerdote em 1953, após se formar em Filosofia e Teologia no Seminário Central da Imaculada Conceição em São

Paulo. Em 1954, nomeado Secretário do Arcebispo Metropolitano, chanceler da Cúria, Capelão do Colégio da Divina Providência e Diretor Espiritual da Cruzada Eucarística. Em 1957, Diretor Espiritual do Seminário Maior Rainha dos Apóstolos.

Em 1996, foi sagrado Bispo Auxiliar de Curitiba. Em 1971, foi nomeado como Arcebispo de Curitiba. É também o grão-chanceler da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Foi o mais longo período de um Bispo à frente da Igreja de Curitiba. Agora, depois do dia 18, passará a ser o nosso Arcebispo Emérito.

A substituição de nosso querido Arcebispo Dom Pedro Fedalto era esperada desde 2001, quando obedecendo as regras da Igreja Católica, apresentou sua carta renúncia ao Santo Padre o Papa João Paulo II.

Dom Pedro Fedalto, veio em nome de Jesus Cristo trazer para a região de Curitiba, a sua bênção. Bendito aquele que vem em nome do Senhor. Dom Pedro renovou a nossa fé em Jesus Cristo. Reafirmou a luz deste amor à dignidade e o destino transcende de toda a pessoa carente. Sua figura evangélica e ao mesmo tempo profundamente humana, fez renascer uma fonte de alegria, de esperança e de benquerença que fluirá para sempre entre os irmãos paranaenses. Seu exemplo permanecerá redi-vivo entre nós, como uma lição e um incentivo. O amor que dedica ao Sagrado Ministério criou uma frente austera, uma aura de prestígio que o tempo não apagará. Pastor dedicado e amoroso que não conhece descanso nem repouso, enquanto souber que ali está uma ovelha necessitando de seu amparo, quer espiritual, quer material.

Nada o detém no cumprimento do dever. Sacrifica o seu bem-estar pelo dos outros, e isso, com um desinteresse apostólico, elevado ao nível do sacrifício. A missão de Dom Pedro Fedalto, inspirada nas lições do Evangelho, produziu frutos imarcescíveis. Prometemos que nunca haveremos de esquecer e que há de ser sempre para nós, o conselheiro seguro nas nossas aflições e nas nossas dúvidas. Curitiba e o Paraná se revertem em graças e orações de agradecimentos e saudades. No dia 18, nossas orações e ofertas, traduzirão amor, veneração, respeito e obediência a S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto.

Nesta terra de altas araucárias, cujas frondes, sobem diretas para o céu, todos os corações se unem, no mais estreito complexo de fraternidade.

Entendemos que a homenagem que pretendemos seja concedida a S. Exa. Revma. Dom Pedro Fedalto, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece os anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que fique gravado nos Anais, para a posteridade, fulcrada sob o manto de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, a seguinte solicitação:

Solicito ao Sr. Governador do Estado do Paraná, a construção de uma unidade do sistema SEMA-IAP no Município de Guarapuava, sendo essa unidade de fundamental importância àquela região.

Justifico a solicitação, lembrando que a região Centro-Sul do Estado do Paraná, onde está situada a cidade de Guarapuava, ainda apresenta significativa cobertura florestal, apresentando em bom estado de conservação uma considerável amostra de espécies vegetais e avifauna nativas.

Essa mesma região vive atualmente um intenso ciclo de desenvolvimento nas mais diversas áreas, entretanto, mesmo considerando a grande importância para o progresso do Paraná, não se pode negar o impacto ambiental provocado por esse desenvolvimento. Desta forma é conveniente o bom gerenciamento dos recursos naturais, bem como a fiscalização na utilização dos mesmos.

Ressalto que esta solicitação prende-se ao fato de que a posição geográfica de Guarapuava é estratégica, situando-se no chamado “corredor do MERCOSUL”, centro geográfico do Estado.

Para a construção da sede do IAP, existem cinco propostas de espaços físico, uma delas foca na área central da cidade, onde já existe um projeto para a construção da Receita Estadual. Essa área comporta a Receita Estadual, a sede do IAP e também outros órgão que se façam necessários àquela região.

Outro local adequado também fica situado na área central de Guarapuava, ao lado do Parque Lacerda Werneck. É importante destacar que ambos os locais pertencem ao Estado.

As outras três localidades são oferecidas pela Prefeitura de Guarapuava, onde temos a liberdade de escolha. Dessas, a que melhor retrata o perfil do IAP está situada dentro do parque do Lago.

Os recursos financeiros para essa obra podem ser provenientes do Fundo Estadual do Meio Ambiente, ou da venda sob licitação de pinus, prontas para a colheita, implantadas nas seguinte unidades de conservação: Piraquara, Jacarezinho, Castro, Tibagi e Lapa, perfazendo aproximadamente 447 hectares, com um valor estimado para a venda de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Porém, para que possa ser levantado esse montante, é imprescindível a vossa autorização, para que o IAP realize a venda das áreas de pinus.

Certo de estar colaborando para o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico daquela, região, registro aqui o profundo interesse nessa importante obra, colocando-me à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Sendo o que tenho para o momento, aguardo um parecer ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja expedida correspondência ao Secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando sua intervenção para viabilizar parceria entre o Instituto de Identificação do Paraná e o DETRAN-PR, buscando agilizar o processo de emissão de Carteiras de Identidade.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo o jornal Gazeta do Povo, do dia 24.05.2004, apesar do painel eletrônico que seleciona as senhas de atendimento do Instituto de Identificação do Paraná informar que o prazo para a emissão da carteira de identidade é de 10 dias, o tempo de espera é bem maior.

Em Curitiba, quem der entrada na documentação hoje, terá que esperar pelo menos um mês para receber a carteira em mãos. No interior, a demora é ainda maior: de 45 a 60 dias. A estimativa é que cinquenta mil pessoas aguardam a emissão do documento no Paraná.

As justificativas pela demora vão desde a falta de funcionários até a ausência de um banco de dados informatizado e um programa de digitalização na confecção das carteiras. Todo o processo de emissão é manual.

No entanto o DETRAN-PR tem um processo ágil de emissão de carteira de habilitação (alvo dos melhores elogios em todo o País) que, segundo informações, poderia ser perfeitamente disponibilizado ao Instituto de Identificação com perspectiva de oferecimento de melhores, mais rápidos e mais limpos serviços, vem que todo o processo é eletrônico, inclusive fotografia e coleta de impressão digital. Aliás, muito se fala, o banco de dados do DETRAN-PR pode ser mais um instrumento de combate a violência, tendo em vista que é permanentemente atualizado e permite localização rápida das pessoas.

#### REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviada ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitação de intervenção na Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, afim de que seja restabelecido com urgência o atendimento médico-hospitalar prestado por aquele estabelecimento à população parnanguara e da região.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(aa) VALDIR LEITE

DR. LUCIANO DUCCI

#### JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá é o único hospital daquela cidade credenciado pelo Sistema Único de Saúde. Atende a população local bem como de toda a região de influência.

De forma inaceitável, encontra-se fechada desde o dia 05 do mês corrente, sem que as autoridades estaduais, dentro de suas competências legais, tenham esboçado qualquer iniciativa de reação para sanar este grave fato, que deixa sem assistência grande número de paranaenses de toda uma região.

A crise precisa ser contornada com urgência através da reabertura da Santa Casa. É esta atitude que exigimos, com a máxima urgência, por parte dos órgãos responsáveis do Governo do Paraná.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 235/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentas de pagamento de pedágio nas estradas e rodovias localizadas no âmbito territorial do Estado do Paraná as motocicletas e similares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição objetiva contemplar uma parcela de veículos que, pelas suas características, não causam danos às estradas e rodovias, muito menos ao meio-ambiente.

Tendo em vista que a motocicleta é notoriamente um veículo de baixo consumo de combustível e considerando que o uso desse tipo de veículos, além de representar economia de gasolina, não causa, em razão do seu peso, danos à pavimentação das vias públicas e considerando, ainda que é tipo de veículo que menos congestiona o trânsito, parece justo que mereçam uma atenção especial pelo que representam: diminuição do volume de tráfego, diminuição dos elevados índices de poluição e até mesmo diminuição do estresse ocasionado pelos engarrafamentos. Além de:

a) A relação custo/benefício não justifica a cobrança e pedágio das motos e das bicicletas motorizadas.

b) O tempo despendido pelos motociclistas é consideravelmente maior para pagar. O motorista tem de retirar as luvas, pegar o dinheiro que, na moto, deve estar guardado numa pochete, por exemplo. Caso esteja chovendo, o acesso aos documentos e ao dinheiro se tornará mais complicado porque o motociclista terá de abrir a capa, depois tirar as luvas.

c) Qualquer comunicação com o operador da cabina implicará na retirada do capacete porque não é possível ouvir a voz humana de dentro de uma cabina, com o barulho dos motores em volta, sons de buzinas, apitos de guarda, etc.

d) Quanto ao posicionamento da moto no pedágio, a situação também é especial. Se a moto avançar ao lado dos carros, haverá reclamações, e, devido à violência atual no trânsito, talvez agressões. Se a moto se posicionar na fila, ocupando o lugar de um carro, o motorista deste carro avançará e se colocará ao lado da moto, como geralmente ocorre no trânsito

e) A maioria das motos não têm, ventoinha de refrigeração. Não podem ficar paradas por muito tempo com o motor ligado. O motorista tem de desligá-la e empurrá-la, ao longo da fila, até a cabina.

f) O resultado imediato disso tudo será a demora no atendimento à motocicleta e as conseqüentes reclamações dos demais usuários que ficarão impacientes.

g) Peso das motos é insignificante. As de 450cc de cilindrada, que são a maioria nas estradas, pesam cerca de 156 kg. As maiores, de 125 cilindradas, cerca de 75 kg. Sua área de contato com o solo é de cerca de 10 cm, apenas.

h) Finalmente, qualquer incentivo que se dê à moto concorrerá para melhorar o trânsito e para demonstrar à sociedade a preocupação que se tem com a qualidade de vida e, conseqüentemente, a geração de mais empregos.

#### PROJETO DE LEI Nº 236/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas que ofertarem Bolsa de Estudo devem publicar anualmente via mural, páginas oficiais de internet e demais meios de comunicação apropriados os critérios de concessão das referidas bolsas, bem como o nome dos beneficiários e percentual dos valores das mesmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei objetiva dar maior transparência à sociedade a respeito das Bolsas de Estudos ofertadas pelas instituições de ensino superior, inclusive as que possuem título de filantropia e gozam, portanto de isenções tributárias. A publicação dos critérios de concessão das mesmas garantirá aos interessados em obtê-las a possibilidade de aferirem seu enquadramento nos critérios para sua obtenção, além de possibilitar mais controle social no caso daquelas que possuem título de filantropia.

#### PROJETO DE LEI Nº 237/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Esta lei regula mecanismos de proteção e utilização sustentável dos recursos florestais de povoaamentos naturais e plantados do Pinheiro do Paraná, *Araucaria angustifolia*.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei são estabelecidas as seguintes definições:

I - Pinheiro-do Paraná: nome comum da espécie *Araucaria angustifolia*, também conhecida como Araucária, Pinho, Pinheiro-Brasileiro, Pinheiro-caiová, Pinheiro-São-José, Pinheiro-Macaco, Curi'y, Curiúva, Pinheiro-das- Missões, Piño-Paraná. Em lotes de exportação constava como Paraná-pine;

II - recurso florestal: recursos madeireiros e não-madeireiros;

III - povoamento plantados: áreas florestais formadas mediante projetos de reflorestamento aprovados por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

IV - povoamentos naturais: áreas onde ocorrem recursos florestais nativos ou plantados sem a elaboração de projetos de reflorestamento aprovados por órgão oficial nacional, estadual ou municipal;

V - florestas protetoras: as localizadas em áreas de preservação permanente estabelecidas pela legislação federal;

VI - reservas legais: florestas situadas em áreas designadas das propriedades rurais, em percentuais definido por lei federal, onde não é permitido o corte raso, reconhecidas e delimitadas através de averbação à margem da inscrição da matrícula do imóvel no registro de imóveis competente, cujo uso está sujeito às normas da legislação florestal nacional e onde é vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão a qualquer título ou de desmembramento da área.

Art. 3º - Os recursos florestais das florestas plantadas de domínio privado do Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), não sujeitos aos regimes de Reserva Legal ou de Florestas Protetoras previstas na legislação florestal brasileira, são suscetíveis de utilização sustentável condicionadas aos planos de manejo florestal, nos termos da legislação em vigor.

Art. 4º - Os recursos florestais das florestas naturais de domínio privado em que ocorre o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), não sujeitos aos regimes de Reserva Legal ou de Florestas Protetoras previstas na legislação federal, poderão ser suscetíveis de exploração mediante autorização específica do órgão ambiental, observadas as seguintes condições:

I - quando se tratar de espécimes e/ou formações, situadas em propriedades pequenas e médias, que pos-



suírem evidências de terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante declaração de fé pública e reconhecimento das evidências, por técnico competente em laudo circunstanciado simplificado, pela localização ou alinhamento, ou ainda, mediante documentação fotográfica que possa servir para comprovar o fato;

II - quando se tratar de espécimes e/ou formações, situadas em grandes propriedades, que possuírem evidências e terem sido plantadas pelo proprietário atual ou seus ascendentes, mediante elaboração de planos de manejo florestal sustentável nos termos da legislação em vigor;

III - quando se tratar de espécimes situados em meio à formação em estágios avançados e com diâmetros acima de 0,60m, ou com evidências e senilidade.

§ 1º - A exploração não poderá ser feita de forma a provocar a eliminação permanente da floresta, garantindo-se corredores de biodiversidade entre os capões florestais com dimensões mínimas de 50m de largura em sua faixa mais estreita, onde se manterá toda a variabilidade de espécies que compõem o bioma a referida região geográfica.

§ 2º - Os espécimes que deverão permanecer nas áreas não enquadradas como Reservas Legal e Floresta Protetora serão averbadas e terão o direito da compensação prevista no artigo 7º desta lei.

Art. 5º - Todo pequeno e médio proprietário rural que plantar Pinheiro do Paraná em áreas sem restrições legais, poderá registrar os plantios, garantindo-se seu aproveitamento oportuno, mediante:

I - Declaração de reflorestamento, onde constará, necessariamente, a localização dos plantios na planta da propriedade ou geo-referenciamento, indicando as datas e o número de mudas plantadas, sujeito a verificação, até dois anos após, pelo órgão ambiental competente, que lhe dará atestado comprobatório em condições de ser averbado à margem da escritura do imóvel.

II - Solicitação de visita de técnico competente, no ano seguinte ao do plantio, que emitirá um laudo circunstanciado simplificado relatando o número de mudas existentes e sua posição geo-referenciada. O laudo será acompanhado de anotação de responsabilidade técnica correspondente e será averbado à margem da escritura do imóvel.

Parágrafo Único: As averbações à margem dos imóveis serão reconhecidas como suficientes comprovações de plantios para, quando desejar o proprietário, permitir que os recursos florestais existentes no perímetro demarcado possam ser aproveitados economicamente.

Art. 6º - Serão incentivadas as cooperativas para a utilização sustentável dos recursos florestais procedentes da floresta de Araucária, de forma a aumentar os benefícios decorrentes da existência desta formação nas propriedades, aplicados tanto às áreas com restrições legais (atendo-se, neste caso, aos produtos não-madeiráveis,

sem causar danos ao ecossistema) bem como aqueles sem tais restrições (incluindo produtos madeiráveis).

Art. 7º - As propriedades que mantiverem espécies ou pinheirais imunes de corte, devidamente averbados nesta condição, serão beneficiadas com compensações financeiras calculadas anualmente sobre a área ocupada, correspondente à produção agrícola média regional para a tipologia edáfica correspondente, comprovado mediante laudo circunstanciado simplificado.

§ 1º - A compensação financeira pela preservação da espécie se constitui o reconhecimento da sociedade do valor desta iniciativa conservacionista e visa reparar as perdas financeiras impostas ao proprietário devida à restrição da utilização das áreas dos pinheirais aos diversos usos possíveis.

§ 2º - A compensação financeira pela preservação do ecossistema dos pinheirais não será aplicável às propriedades que não possuírem matas ciliares e reservas legais correspondentes, ocupadas por espécies do mencionado ecossistema.

§ 3º - O cálculo do valor da compensação financeira deve ser feito descontando-se os valores correspondentes aos benefícios não madeireiros possíveis de serem obtidos (pinhões e outros), calculados pela média da produção regional destes.

§ 4º - O pagamento da compensação será feito na declaração anual do Imposto Territorial Rural, na forma de desconto sobre este e, havendo saldo, em parcela única ou mais, a ser regulamentado por norma específica.

§ 5º - A compensação acima referida se aplicará também para novos plantios, a partir do quinto ano do plantio, quando os pinheiros jovens começarem a exercer restrições reais sobre o uso do solo.

§ 6º - A compensação será aplicável a áreas próprias ao desenvolvimento dos pinheirais e em áreas não sujeitas ao regime restritivo de Reserva Legal e ressaltadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º da Lei nº 4.771/65.

Art. 8º - O controle e a aplicação dos preceitos desta lei serão feitos pelos órgãos ambientais competentes, preferindo-se, sempre que possível os municipais, em respeito ao princípio da descentralização, recomendando-se atendimento especial de fomento e orientação técnica florestal aos pequenos produtores rurais, aos agricultores familiares, aos assentados rurais e às comunidades indígenas.

Art. 9º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

O Pinheiro-do-Paraná, espécie altaneira símbolo de nosso Estado, é um fóssil vivo pertencente a um dos gêneros mais antigos da flora do planeta. Seus registros vêm do Período Jurássico, entre 190 e 150 milhões de anos. Aqui encontrou as condições ecológicas adequadas para se desenvolver. No Estado do Paraná, os pinheirais disseminaram-se em 7,628 milhões de hectares. Espécie generosa, dela tudo se aproveitou: madeira, resina, pinhões, até as grimpas, queimadas no fogão do caboclo e na sapeca da erva-mate.

Estas qualidades fizeram com que os pinheirais do Sul do Brasil viessem a marcar um dos grandes ciclos econômicos de nossa terra. Entretanto, esta atividade madeireira só durou poucas décadas, em torno dos anos 60, mas ocorreu com intensidade suficiente para extinguir economicamente aquele magnífico patrimônio natural. Uma espécie que se perpetuou por quase duas centenas de milhões de anos, está desaparecendo no curto prazo de uma geração. Estamos vendo isto acontecer. À generosidade daquela espécie, respondemos com nossa avidez. Tudo se retirou, nada se repôs.

Poucas foram as vozes dos que denunciaram outrora aquele saque econômico e ecológico. Repentinamente, porém, movimentos ambientalistas, quase tarde demais, ativaram uma solução extrema e declararam sua moratória: assim, se tornou proibido o aproveitamento da *Araucaria angustifolia*. Quem cortou, faturou, e bem. Quem a preservou, riem-se dele, porque no afã de se preservar a espécie, foram atingidos justamente quem sempre a preservou.

Por conseguinte, premiou-se o vândalo ambiental, que sequer a lei respeitou não mantendo nas suas terras as matas ciliares e reserva legal. Agora se ameaça com um tipo de desapropriação branca, aplicando o rigor da lei, o agricultor que sempre manteve o pinhal, imaginando desfrutar esta poupança ao lhe chegarem os dias difíceis.

Tudo porque a legislação que versa sobre esta espécie nativa caiu de um extremo a outro, tornando-se de flácida a restritiva demais, prejudicando especialmente os pequenos produtores rurais. Mesmo que a pessoa tenha passado uma vida inteira plantando pinheiros, a legislação agora simplesmente proíbe seu justo usufruto, sequer no limite de 15 metros cúbicos a cada 5 anos para melhorias na propriedade, que antes era permitido.

A consequência desta insanidade legal é imediata. A preservação dos pinheiros existentes está relativamente garantida pela lei (porque esta, sendo radical, aguçava ser quebrada). Mas não há um pequeno produtor que plante um só pinheirinho. Pior: se notar algum que insistiu em nascer, logo o arranca, porque é de bom senso não permitir que ali se desenvolva uma espécie intocável, que depreciará sua propriedade. Esses efeitos colaterais de uma legislação falha, levaram nosso pinheiro a ser odiado pela nossa gente. Assim, a continuar que do jeito que está, ao invés de aumentar a população de araucárias, estas - não nos iludamos - estão sumindo com artimanhas rurais, e as jovens não vingam, porque são destruídas

assim que nascem, visto que certamente não terão serventia no futuro.

Resta-nos uma das duas medidas: mantermo-nos apopléticos diante da morte dos últimos pinheiros, ou agirmos pela vida, para mudar a sua sorte. A sociedade paranaense requer de seus líderes uma atitude, e esta deve ser a de ousadia e determinação, a favor da vida, da qualidade DA vida, do respeito a todas as formas de vida. É de justiça que quem investiu na vida dos pinheirais seja recompensado, e que os que os usufruíram, legitimamente ou não, participem de um grande movimento de restauração desta espécie, respeitando-a por seus valores econômicos, ecológicos e culturais. Há que se levantar a voz pela justiça ao pequeno produtor rural que preservou a espécie e pelo que quer ter a oportunidade de fazê-lo.

E há que se conclamar a fazerem sua parte, os representantes dos médios e grandes agricultores, e mesmo dos que pleiteiam as causas dos industriais da madeira e celulose que, em última análise serão os grandes beneficiários da restauração desta valiosa espécie florestal, hoje substituída por variedades norte-americanas, de qualidade inferior, mas sem óbices legais ao seu cultivo e colheita.

#### PROJETO DE LEI Nº 238/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na capital do nosso Estado, de forte atuação com a comunidade da região do Alto Boqueirão, populoso bairro da cidade de Curitiba, vem realizando trabalhos de relevante importância social.

Esta Associação tem contribuído com sua comunidade nas mais distintas áreas, desde arrecadação e distribuição de material escolar, para as crianças carentes da comunidade, doação de roupas às famílias de menor renda, apoio às famílias vítimas de enchentes, até a busca por melhorias no próprio bairro, como a luta pelo manilhamento da Rua Danilo Pedro Schreiner esquina com a Rua Francisco Alves de Oliveira e a busca por iluminação pública na cancha esportiva Érico Veríssimo.

Pelo notório trabalho de inclusão social realizado por esta Associação junto à sua comunidade, é que venho propor o presente, sabendo da importante contribuição desta para com a sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 239/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - A produção e distribuição dos alevinos será coordenada pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Parágrafo Único - Para a execução dessa atividade, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, firmará convênios com as Universidades instaladas no Paraná e que tenham projetos de aquíicultura e pesca.

Art. 3º - O Governador do Estado determinará a promoção de concurso público destinado à escolha de projetos viáveis para a recuperação dos rios paranaenses.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.06.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

A aquíicultura é uma atividade economicamente viável e ecologicamente sustentável. Do ponto de vista ambiental, a piscicultura apresenta-se como uma alternativa de consumo de proteína de alto valor biológico, diminuindo assim a pressão sobre a pesca predatória.

No aspecto técnico, um hectare de água produz entre 7 a 12 toneladas de pescado por safra, que, dependendo do manejo do cultivo, pode produzir uma safra por ano e, inclusive, em menor período de tempo.

O sistema de cultivo de maior intensidade por volume de água se utiliza de tanques-rede ou gaiolas flutuantes, que podem ficar nos rios ou açudes. Este sistema requer acompanhamento técnico especializado.

A grande pressão sobre os recursos pesqueiros, aliada à eficiência atual da tecnologia pesqueira, que utiliza melhores equipamentos, artes e sistemas de pesca, tem ocasionado um esgotamento do recurso em diversas regiões. No Rio Paraná não é diferente.

Dessa forma, em lugares onde existe super exploração dos recursos pesqueiros, pretende-se sua recuperação através do Manejo Pesqueiro Comunitário. Esta estratégia poderá permitir manter as fontes de trabalho e turismo de inúmeras comunidades que vivem da pesca.

É difícil esperar um aumento considerável dos volumes de captura, assim como um melhoramento do nível de renda destas comunidades sem o manejo pesqueiro adequado, orientação técnica aos pescadores além de um forte programa de recuperação ambiental dos recursos hídricos do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Numa deferência toda especial ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura e Agronomia, por solicitação do Deputado Natálio Stica, teremos hoje, durante o Grande Expediente, uma homenagem ao nosso CREA, que merece o respeito, a consideração e a homenagem de todos os paranaenses, que hoje é presidida pelo nosso grande amigo, professor Rossafa, nosso amigo dos tempos de Bandeirantes, que nós temos grande orgulho e que, numa ação inclusive de toda a sociedade da região, foi estadualizada no ano passado.

Para saudar os diretores, os associados do CREA pelos 70 anos de criação, Deputado Natálio Stica.

Quero participar, numa deferência toda especial dos Parlamentares que já estavam inscritos para o Pequeno Expediente, que vão deixar de usar a palavra também, e que essa Sessão seja só dirigida ao CREA.

Posteriormente, depois do encerramento dessa homenagem, teremos a continuidade da Sessão, onde inclusive vamos hoje analisar o veto referente aos professores do Estado.

Com a palavra, Deputado Natálio Stica.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores, engenheiros e membros do CREA aqui presentes.

Com muita alegria que a Assembléia do Estado do Paraná, pelos 54 Deputados, votaram para que no dia de hoje fosse prestada uma homenagem dos 70 anos dessa instituição que muito orgulha o povo do Paraná.

O CREA-PR tem prestado serviços ao povo do Paraná; tem feito a história do Paraná. Por isso nós, desta Casa de Leis, sentimos um orgulho imenso ao prestar essa singela homenagem. Gostaríamos que tivéssemos uma Sessão Especial, mas temos nesta semana e na que vem, votações que irão consumir muito tempo.

E, em comum acordo com o Presidente Hermas Brandão, optamos por fazer uso do Grande Expediente para que o Presidente Rossafa pudesse falar o que representa o CREA para o Paraná em seus 70 anos de história.

Muito obrigado por tudo que fazem pelo nosso povo e pelo nosso País!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Neste momento, assistiremos um vídeo sobre os setenta anos do CREA-PR.

**(É feita a apresentação)**

**(Aplausos)**

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti que proceda à leitura dos termos da placa comemorativa, a ser entregue ao CREA-PR, representado pelo seu Presidente, Ilmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Rossafa.

**A SRA. 1º SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**  
**(Lê Placa Comemorativa)**

### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o Exmo. Sr. Deputado Natálio Stica, para que proceda a entrega da homenagem ao Presidente do CREA-PR, Sr. Luiz Antonio Rossafa, pelos 70 anos da criação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

### (**É entregue a Placa**)

Esta Presidência concede a palavra ao Ilmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Rossafa, Presidente do CREA-PR, para suas considerações.

### O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Boa-tarde a todos! Minhas saudações ao Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; ao Exmo. Sr. Deputado Nelson Tureck, 2º Secretário desta Casa; à Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; minhas saudações aos sempre Presidentes do CREA-PR, o engenheiro Rubens Curi, o arquiteto Armando Strambi, o engenheiro Ivo Mendes Lima; minha saudação ao Conselho Federal, representando o Paraná no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, engenheiro Elbio Maik; ao tenente Deniel Rossi, representando aqui o Cindcta II; ao amigo e vizinho representando os profissionais de Santa Catarina, o Presidente do CREA-SC, Celso Ramos; minhas saudações ao Secretário Estadual de Obras Públicas, Luiz Dernizo Caron; Dr. Leopoldo Miguel Casagrande Júnior, representando o Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua; ao engenheiro Eroni Bertogli, Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná; Rodolfo Steindorf, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região Metropolitana de Curitiba; ao engenheiro agrônomo Carlos Augusto Parchen, representando o Presidente da EMATER, Sabino Nunes de Campos, ao engenheiro agrônomo José Otávio Perin, representando as associações filiadas à Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Paraná; Paulo Francisco Borsari, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Henrique Naigeboren; Amaury Pessoa Gebran, coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Universidade Tuiuti do Paraná, representando aqui seu Reitor; coordenadores de Câmaras Especializadas do CREA-PR; Diretores do CREA-PR; colega Lindisleu Raska Rodrigues, Presidente do Instituto Ambiental do Paraná; conselheiros; profissionais, convidados, demais autoridades e amigos aqui presentes nesta solenidade e, acima de tudo, o nosso agradecimento à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do proponente desta homenagem, Deputado Estadual Natálio Stica, extensiva a todos os Deputados desta Casa.

### (**Lê**):

“Comemorar os 70 anos do CREA-PR é comemorar a concretização de inúmeros projetos e ações e enfatizar a consolidação de muito trabalho em prol da

sociedade paranaense através do exercício da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia.

Inúmeros foram os presidentes, conselheiros, representantes de entidades de classe, associações, sindicatos, institutos, instituições de ensino e funcionários que trilharam ou ajudaram o CREA-PR a trilhar nestes caminhos durante os últimos 70 anos.

Ao mesmo tempo em que o CREA-PR desenvolvia-se e firmava-se em bases sólidas, o Paraná construía suas cidades e os profissionais estavam presentes na edificação desses municípios.

Nos últimos cinco anos esforçamo-nos coletivamente para transformar o CREA-PR num instrumento efetivo de resgate da cidadania através de um trabalho que visa, prioritariamente, “promover a valorização profissional e garantir a efetiva participação de profissionais habilitados nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, buscando a defesa da sociedade, fundamentado na ética, proteção ao meio ambiente e nos aspectos humanos sociais e econômicos; com prioridade na geração de renda e emprego para a população.

Cumprimos uma de nossas premissas que foi a de apresentarmos à sociedade o CREA-PR como um Conselho Cidadão, referência aos demais segmentos organizados e voltados à busca de justiça social.

Neste mesmo período, obtivemos êxito em ações importantes como a da defesa dos patrimônios ambiental e público através da inserção, participação e valorização dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Quando o CREA-PR se propõe a ampliar sua atuação para além de fiscalizar o exercício de nossas profissões, contribuindo assim com mais ênfase para a segurança e o bem-estar da sociedade paranaense, torna-se e garante à sociedade, no âmbito das profissões que congrega, um instrumento para as transformações que precisamos.

A atuação junto à sociedade só poderia resultar positiva se o CREA-PR tivesse suas ações internas concretizadas em bases sólidas. Construir um Conselho que correspondesse ao modelo pretendido, onde a administração buscasse o alcance de resultados que promovessem a valorização e a inserção dos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia no processo de transformação do Estado, se fazia necessário.

Em 2001, inicia-se um trabalho de reformulação gerencial embasado em metodologia científica que propicia o gerenciamento das atividades dentro da nova visão, proporcionando, entre outros, maior agilidade, redução nas despesas operacionais, maior qualidade no atendimento prestado e, sobretudo, condição para a discussão e inserção nos temas relevantes direcionados ao desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná.

Tendo definido seu posicionamento estratégico na melhoria da percepção dos profissionais nas ações voltadas à inserção destes nos diferentes contextos de trabalho, o CREA-PR declarou efetivamente sua opção pela

valorização das profissões e dos profissionais a ele ligados, entendendo que somente desta maneira desempenharia a sua principal função que é de fiscalizar o exercício profissional em defesa da sociedade quando da realização, por estes profissionais, de empreendimentos de interesse social e humano.

Deixaremos nossa contribuição concreta às gerações atual e futura, com a perspectiva de colher solidariedade e igualdade de oportunidades para todos os paranaenses. Este Conselho Cidadão, aberto a quaisquer segmentos organizados da sociedade civil, constitui-se num avanço sem precedentes na história paranaense.

A preocupação constante com a qualidade de vida da nossa sociedade tem credenciado o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná como um instrumento pró-ativo na garantia dos direitos à cidadania plena.

Em vários momentos esteve presente na defesa de questões de interesse estratégico do Estado e do país, na valorização dos profissionais, e na busca incansável de uma sociedade mais justa e fraterna.

A experiência de importantes parcerias com vários segmentos sociais tem dado resultados positivos. As forças vivas da sociedade começam a enxergar os profissionais do sistema CREA-PR como aliados naturais no combate às deformações de um modelo de desenvolvimento injusto, excludente que não oferece igualdade de oportunidades ao nosso povo.

A luta contra a privatização da COPEL é um exemplo da resposta dada, quando fomos chamados a dar apoio técnico e moral à classe política, aos sindicatos patronais e de trabalhadores, enfim, a centenas de organizações que entendiam ser a alavanca de um novo processo de desenvolvimento sócio-econômico para o Estado.

Outra batalha enfrentada, exemplo de união com outras instituições paranaenses, foi a criação da Comissão Mista que investigou as causas do vazamento, na REPAR, de 4 milhões de litros de petróleo nos rios Barigüi e Iguaçu, em Araucária, em julho de 2000.

O trabalho desenvolvido resultou em um relatório que aponta para falhas como a de que a direção da PETROBRAS estava substituindo, de forma exagerada, a força de trabalho humana na produção, por máquinas. O relatório final produzido pela Comissão Mista serve, hoje, como base principal das ações judiciais conduzidas pelo Ministério Público Federal.

Em maio de 2001 em Curitiba, com a realização do Seminário Nacional sobre Matriz Energética promovido pelo CREA-PR, o impacto nas tarifas devido à privatização do patrimônio público, entre outros, já havia sido prenunciado pelos especialistas participantes, demonstrando que o Conselho sempre esteve na vanguarda de discussões de assuntos de importância e relevância para o desenvolvimento social e econômico da Nação.

Importantes temas levados à discussão foram e continuam sendo a energia e a biomassa, elementos fun-

damentais na elaboração de um projeto de sustentabilidade para a sociedade paranaense.

A discussão de temas polêmicos como obras inacabadas, a exemplo do Fórum de Curitiba que deve ser recuperado em breve, agrotóxicos, água, transgênicos, dentre outros, tem feito da Revista do CREA-PR, que agora está nas bancas para a sociedade em geral, um referencial técnico-científico que, além de levar conhecimento, tem balizado as discussões de temas importantes e necessários e esta contribuição de profissionais torna-se mais um veículo de participação e interação das profissões na realização de ações voltadas ao desenvolvimento e propagação de conhecimento no Estado.”

Temos procurado balizar as nossas discussões como uma contribuição marcante ao desenvolvimento deste Estado. Entender o planejamento não sob a ótica apenas do desenvolvimento das cidades, mas entender o planejamento na ótica do desenvolvimento regional, o planejamento que leva em consideração os aspectos eminentemente localizados, onde as pessoas moram, que é o Município. Defender o planejamento através de ações integradas, balizadoras de um modelo que leve em consideração a apropriação, pela nossa gente, do patrimônio natural deste Estado, se torna um desafio ainda por ser enfrentado.

Por isso, nós, aos 70 anos, podemos dizer que nos orgulhamos de todos os profissionais, engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, técnicos industriais agrícolas, tecnólogos das diferentes modalidades, que com a sua dedicação e zelo, com o comportamento irreparável de conduta ética, construíram as riquezas que boa parte desta geração se apropria na forma de conforto e bem-estar.

Não, o CREA-PR merece elogios pelos seus aniversários, mas a ficha de serviços prestados pelos seus mais de 50 mil profissionais, resgata com dignidade a história deste povo lutador que quer, acima de tudo, na democracia, a validação de um modelo de igualdade, de solidariedade e de fraternidade.

Agradeço a esta Casa por esta distinção às nossas profissões e à nossa organização maior, mas quero dizer, Sr. Presidente Hermas Brandão e amigo, que se não fossem as instituições de ensino deste Estado, através dos seus cursos na área de tecnologia, se não fossem as instituições geradoras de tecnologias novas, não fossem as nossas entidades de classe organizada, o CREA-PR não seria jovem aos 70 anos, e vigoroso como se estivesse iniciando uma nova etapa nesse novo milênio.

Agradecemos ao Deputado Natálio Stica pela deferência e ao Presidente Hermas Brandão, pela condução desse momento oportuno que nos deixam, efetivamente, enriquecidos, em nossa folha de serviços.

Essa homenagem representa muito mais do que uma placa, representa a gratidão e o reconhecimento dos nossos Parlamentares, em benefício de todos os cidadãos profissionais ligados ao CREA-PR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Presidência deseja agradecer a presença das autoridades, dos conselheiros, dos funcionários do CREA-PR, bem como os demais presentes, que aqui compareceram honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

Está reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber de V. Exa. se o Pequeno Expediente não será usado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A informação que o Deputado Hermas nos repassou é de que o Pequeno Expediente, os Deputados inscritos abriram mão para a homenagem do CREA.

O SR. VALDIR ROSSONI

É que temos hoje um veto a ser votado que é de fundamental importância para os professores do Estado do Paraná. E os Deputados de Oposição, não que sejamos contra a homenagem, somos favoráveis, mas acredito que agora podemos dar prosseguimento normal à Sessão com o Pequeno Expediente, Grande Expediente e com o Horário das Lideranças.

É isso que a minoria reivindica e acredito que isso seria o normal.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O Presidente Hermas Brandão havia se comprometido, e consulto V. Exa., de que apesar de formalmente o Pequeno Expediente ter sido subtraído desta Sessão esse tempo no Pequeno Expediente, seria passado para o Horário das Lideranças. Então, ao invés de 5 minutos, teremos 10.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Essa foi a orientação do Deputado Hermas Brandão e vamos então cumprir essa orientação.

Está respondida a sua Questão de Ordem, Deputado Valdir Rossoni?

O SR. VALDIR ROSSONI

Está respondida.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do PSDB, o Deputado Luciano Ducci, por 10 minutos.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. professores.

Em primeiro lugar, gostaria de falar um pouco sobre a saúde.

Na sexta-feira passada, tivemos, aqui no plenário, um evento que aconteceu em Curitiba, em Maringá e aconteceu pelo Brasil inteiro nas grandes Capitais. Um evento de mobilização pela aplicação correta dos recursos da área da Saúde, aplicação correta da Emenda 29. Em todos os Municípios essa grande mobilização ocorreu, porque os Estados não vêm cumprindo corretamente a Emenda. Aqui em Curitiba conseguimos entre quinta-feira, sexta-feira e sábado, mobilizamos em um abaixo-assinado mais de 60 mil assinaturas pedindo a regulamentação da Emenda 29 no Estado do Paraná, em cima de um projeto meu e do Deputado André Vargas, que tramita nesta Casa.

A Emenda 29, como todos sabem, é a que destina os 12% para a área da Saúde, e define o que pode ser considerado e o que não pode ser considerado gasto na área da saúde. Sabemos, todos os Deputados sabem, eles votaram o orçamento, votaram o PPA. Sabem e têm clareza que no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde existem aproximadamente 300 milhões de reais que não são destinados para o Sistema Único de Saúde e que vem trazendo um grande prejuízo, a toda a população do litoral do nosso Estado, porque somente dois 24 Horas, precários, atendem toda a população do litoral, tornando o atendimento ineficiente e coloca em risco a população do litoral, as gestantes, as pessoas que têm dores torácicas, enfartadas, que não têm um pronto-atendimento de urgência, em condições de dar um atendimento adequado àquela população.

Da mesma forma vem acontecendo no Estado do Paraná com os outros hospitais, que através de uma medida intempestiva da Secretaria de Estado da Saúde, ao cortar e limitar todos os gastos dos hospitais no Estado do Paraná, vem fazendo com que esses hospitais diminuam o atendimento, escolham quem vão ser as pessoas atendidas e o restante vem sendo encaminhadas para Curitiba, Londrina, Maringá, para municípios que estão em gestão plena e que fazem a cobertura de todo o atendimento nos seus Municípios e daqueles que procuram por esse tipo de atendimento.

Estamos pedindo hoje, formalizando o pedido junto a esta Casa, para que o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde, intervenha na Santa Casa de Paranaguá. A intervenção é possível de ser feita; aconteceu em outros Estados. Fomos em Foz do Iguaçu, na Monsenhor, na Santa Casa de Foz do Iguaçu, o Estado interveio junto com a Prefeitura - como é possível o Estado intervir na Santa Casa de Paranaguá e principalmente nos hospitais, onde se coloca em risco a vida das pessoas.

Esses 30 milhões que estão fazendo falta para a Secretaria de Estado da Saúde, liquidar com o déficit dos internamentos no Estado e também colocar em dia as

internações - é simples de ser resolvido. Basta que os 300 milhões por ano, que deveriam ir à Saúde, vão corretamente para o setor, vão corretamente para a Saúde e com isso, com certeza, melhorariamos o atendimento no nosso Estado.

A promessa do Governador, de construir em 24 horas em cada Município de 50 mil habitantes, seria perfeitamente possível. Também seria possível construir centros de especialidades em vários Municípios do Estado e nas regiões metropolitanas.

Hoje, para se ter um exemplo, no 24 horas do Boa Vista de Curitiba, uma enquête realizada pelo conselho local de saúde e pelo conselho distrital de saúde, pelos usuários do Sistema de Saúde apontam que 48% dos atendimentos realizados são de pessoas de fora de Curitiba, como acontece na maioria das unidades de saúde da nossa cidade.

Por isso é muito importante a aprovação dessa emenda, desse projeto de lei, de minha autoria e de autoria do Deputado André Vargas.

Hoje temos o voto contrário ao veto ao projeto dos professores, ao reajuste retroativo ao mês de fevereiro. Eu queria dizer aqui para todos os professores, que essa argumentação de que não é possível pagar retroativo é uma grande mentira, porque se falam em valores e em mais valores! Quando foi votado, em março, eu estava conversando, ali, atrás com o professor Lemos. Pedi a orientação da APP - se ela aceitava a proposta do Governo do Estado, do voto retroativo ao mês de fevereiro. O professor Lemos nos falou taxativamente: "Concordamos com essa proposta do Governo. Não entendemos porque agora ele veta o seu próprio projeto de lei, e existe esse recurso."

### (Aplausos)

Ele não atrapalha nenhum outro tipo de orçamento de nenhuma outra Secretaria, porque está dentro dos 25% que é de direito - o Estado investir na Educação -, como também é de direito investir 12% na Saúde. Dentro desses 25% cabe o recurso para pagar o retroativo ao mês de fevereiro.

Os professores podem contar com o apoio do PSB, deste Deputado, do Deputado Reni Pereira, que vão votar contra o veto dos professores!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o Deputado Plauto Miró Guimarães, usando do Horário destinado ao PFL.

### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: enfim, o dia! O dia de votarmos o veto ao projeto de Plano de Cargos e Salários dos Professores da Rede Pública Estadual do Paraná.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. Acompanhei no ano de 2002 processo eleitoral aonde vimos o Governador pré-candidato, Governador eleito Roberto Requião, na sua campanha, prometer reajustes significativos aos professores do nosso Estado. Acompanhamos o ano de 2003 inteiro, onde vimos a APP Sindicato dialogando e negociando com o Governador do Estado do Paraná, com o Secretário da Educação, para que se pudesse chegar a um percentual viável. A expectativa era de um reajuste em torno de 100%. As negociações aconteceram, e o percentual alcançado foi uma média de 33% de reajuste!

Ao final do ano de 2003, nós tivemos, e eu pessoalmente posso falar, o Governador do Estado na cidade de Ponta Grossa, aonde ele esteve, e disse ali que no mês de dezembro estaria encaminhando para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Plano de Cargos e Salários para ser votado ainda no ano de 2003, para que pudesse, já em janeiro de 2004, o projeto entrar em vigor.

Muito bem. Nós aguardamos aqui na Assembléia Legislativa e projeto nenhum chegou no mês de dezembro. Entramos no mês de janeiro. Vimos o Governador do Estado do Paraná deixar claro que ele não tinha condições de votar este Plano, a Assembléia Legislativa não votaria este plano, porque os Deputados estavam em recesso. E se tivessem que reconvocar os Deputados, teria a Assembléia Legislativa uma despesa significativa junto com o pagamento de subsídios dos Deputados.

Prontamente, todos os Deputados da Assembléia Legislativa deixaram claro que viriam votar este Plano sem receber absolutamente nada, compromisso dos 54 Parlamentares desta Casa, aonde o Presidente Hermas Brandão trouxe esta informação a toda a imprensa paranaense.

Enfim, mês de janeiro, o Governador também não encaminhou o Plano de Cargos e Salários para ser votado nesta Casa de Leis.

Entra o mês de fevereiro, a Assembléia Legislativa retorna aos seus trabalhos dia 15 de fevereiro. O que é que nós vimos? No final de fevereiro, o Governo, enfim, encaminha aquele Plano negociado, aquele Plano acertado com a APP Sindicato, que a partir do mês de fevereiro estariam os professores do nosso Estado do Paraná recebendo o reajuste acertado, com a categoria, acertado com o Sindicato.

O que é que vimos? Rapidamente, a Assembléia Legislativa votou o Plano! Votou e aprovou, de acordo com aquilo que lhe foi pedido. Depois de aprovado o projeto, rapidamente, a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa encaminhou para que o Governador pudesse sancioná-lo, aqui aprovado.

O que nós vimos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; e todos os representantes dos professores que aqui estão, vimos o Governador, através de uma "canetada", vetar aquilo que foi acordado! Vetou o projeto aprovado, o que fez com que os professores tivessem, através de uma atitude do Governador Roberto Requião, um sonho acertado, aonde o Governador, naquele momento, com

sua caneta, acabou fazendo com que os professores deixassem de receber aquilo que foi firmado.

Pasmem, Srs. Deputados da nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o projeto, depois de votado e vetado pelo Governador, tem um prazo regimental para ser votado, dentro da Assembléia Legislativa, que é o prazo de 30 dias! Nós estamos praticamente no meio do mês de junho e só hoje nós estamos votando esse projeto, - que espero que todos os Deputados desta Casa tenham a consciência de votar pela derrubada do veto, porque não é justo, um acordo feito com os professores, depois de aprovado e avaliado por nós, Deputados, vetado pelo Governador, que nós venhamos aqui votar contrariamente ao voto que tivemos lá no mês de março!

Então, aqui quero pedir e deixar claro que a posição dos Deputados que compõem o Partido da Frente Liberal, é pela derrubada do veto que foi imposto pelo Governador ao projeto de lei do Plano de Cargos e Salários.

Nós tivemos uma série de questões colocadas pelo Governador, dizendo inicialmente que o veto foi colocado ao plano porque o Governo tinha condições de pagar, que estaria ultrapassando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é verdade. Outra questão onde o Governador falou que o impacto na folha de pagamento era de 23 milhões, depois aumentou em 30 milhões!

A verdade é uma. Ela não foi dita, verdade não foi trazida à tona nessa discussão para que pudesse elucidar e realmente fazer com que as negociações, que foram feitas, pudessem ser expostas a todos os professores do nosso Estado.

Mais uma vez quero deixar claro, o Partido da Frente Liberal vota pela derrubada do veto imposto ao projeto de Plano de Cargos e Salários dos Professores do Estado do Paraná.

E, mais, os professores estão recebendo uma média de 33% de aumento e provavelmente na semana que vem, nós estaremos aqui votando o aumento dos Secretários de Estado, que foi aqui, através de um projeto de lei da Assembléia Legislativa indicado nesta Casa, onde teremos uma votação, e se aprovado, os Secretários de Estado estarão com um aumento de mais de 100% nos seus salários!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos derrubar, sim! Quero pedir aqui o voto de todos para que possamos fazer justiça e desta forma, que possamos ser justos com aquilo que foi tratado junto à APP Sindicato e também ao Governo do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário do PSDB, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria de fazer um pedido de chamada nominal para verificação.

Estou vendo aqui a ausência de algumas lideranças importantes do Partido e gostaria que o meu pronunciamento fosse ouvido por essas liderança.

Por isso, requeiro chamada nominal. Talvez eu consiga, através do meu pronunciamento, convencê-las.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Chamada nominal dos Srs. Deputados, passo ao 1º Secretário, para proceder.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)  
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

É evidente, Sr. Presidente a presença de mais de trinta Deputados, e sabemos que apenas dezenove presentes ou menos de dezenove é que não dará a continuidade da Sessão.

Agora, para ouvir o pronunciamento do Deputado Rossoni, talvez com as novidades que ele apresente, com sua voz forte ele chame a atenção dos Deputados e eles aqui compareçam.

É a primeira vez nesta Assembléia, que vejo um Deputado fazer a chamada nominal para que ouçam o seu pronunciamento.

Se for oferecida a chamada nominal, eu me retiro, para não ouvir o pronunciamento do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Anibelli, compreendo a sua posição, mas é regimental a chamada nominal por qualquer Parlamentar. E, para cumprir o Regimento Interno, não para escutar este ou aquele pronunciamento, estamos procedendo à chamada nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Eu entendo a angústia do Deputado Anibelli, mas é um direito regimental e eu gostaria que V. Exa. desse continuidade. Não apenas ao meu pronunciamento, mas até ao pronunciamento do Deputado Anibelli, defendendo a sua posição.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Agora ele quer que eu fale!

Eu não sabia que a paixão era antiga.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Com todo respeito que tenho pela decisão da Mesa, a Mesa está, na minha avaliação, equivocada, porque tem quórum suficiente e não depende de chamada; senão, em todo momento, qualquer de um de nós, Deputados, vai chegar no microfone, mesmo tendo quórum suficiente, vai pedir para que faça chamada para que o Deputado tal possa ser ouvido...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)



Deputado José Maria, V. Exa. faz parte da Comissão de Reforma do nosso Regimento.

Atualmente, qualquer Parlamentar, pelo Regimento, pode solicitar chamada nominal.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas quando não tem quórum!

Hoje tem quórum!

É visível, Sr. Presidente, e aí passa a ser risível, se V. Exa. acolher uma solicitação dessas.

Conheço política e estrategicamente a posição do Deputado Rossoni, mas a Mesa não pode se submeter a isso, porque, a partir disso, qualquer decisão vai ser risível nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado José Maria, com todo respeito que tenho a V. Exa., se tiver em qualquer lugar no Regimento que diga na evidência de quórum, mas evidência tem que contar os votos, se tiver em qualquer lugar, nós podemos acatar a sua questão de ordem.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, mesmo sabendo que tem 38 Deputados presentes, e deve V. Exa. conduzir a votação, queria fazer um apelo à Oposição, em respeito aos professores que usam as galerias, e que logo mais vão ter que dar aula à noite, que nós encaminharemos logo, porque eles querem acompanhar aqui a votação do Plano de Cargos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Foi levantado aqui “até em respeito aos professores”. Eu quero dizer que o meu pedido de chamada até é uma questão regimental para tentarmos defender aqui a derrubada do veto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Não querendo ser impertinente, mas apenas lendo o artigo 91 parágrafo 3º diz: “Finda a Hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia”. Parágrafo 3º: “As votações não serão interrompidas, salvo se, se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte”.

Só na votação é que nós precisaríamos ter chamada nominal, ou para a aprovação no início da Sessão, se não tivesse dezoito Deputados dentro do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado José Maria, V. Exa. tem razão naquilo que leu, mas nós não estamos em processo de votação; nós estamos no prosseguimento da Sessão.

Olha aqui o que diz o Regimento no artigo 130: “Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem”. Aí, vai lá no item XII: “chamada nominal para verificação de quórum”.

Então, é perfeitamente possível, vamos proceder à chamada, e aí, de posse da verificação de quórum, vamos prosseguir a Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Sr. Presidente, 49 Deputados estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni, no Horário do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Gostaria de primeiramente justificar o porquê do nosso pedido de chamada nominal. Quem sou eu para convencer os ausentes? Quem sou eu para convencer o Deputado Rafael Greca, que não está aqui presente para votar? Poderá estar na hora da votação. Quem sou eu para convencer o Deputado Ângelo Vanhoni, que estará na votação, mas não ouvirá o meu pronunciamento? E sabemos que há um posicionamento muito forte do PT de votar favorável ao veto, pela sua manutenção.

Estamos aqui por três legislaturas e sempre ouvimos daquela tribuna a voz, principalmente quando estavam aqui os professores, a voz, em especial,...

O Sr. André Vargas

Concede um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Naturalmente cada Deputado tem a sua consciência e pode estar, neste momento, na Casa. Eu quero dizer que o Deputado Vanhoni, meu companheiro de Partido, está na Casa e estará na hora da votação. Talvez, ele esteja atendendo no seu gabinete, mas estará aqui, tem a sua convicção, e votará.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu agradeço o seu aparte e quero dizer que, mesmo quando falei da ausência de alguns Parlamentares, falei que na hora da votação eles poderiam estar aqui presentes, mas é natural, Deputado André Vargas, que nós recordemos um pouco do passado até para reafirmar pronunciamentos eloqüentes do Deputado Vanhoni, favorável aos professores.

Hoje estou aqui, e disse lá, no passado, quando cometi alguns erros na minha atividades parlamentar, de que um dia estaria nesta tribuna, sem medo da verdade, fazendo a mesma cobrança, e gostaria de ouvir este pronunciamento novamente, lá, daquela tribuna, porque, na verdade, estamos vivendo novamente um período eleitoral, e nós não podemos esquecer de que o Duda Mendonça fabricou um Presidente da República. O Duda Mendonça dizia o seguinte: “Olha, Lula, você tem que dizer ao povo brasileiro que vai dobrar o salário-mínimo”. Aí o Lula chegava na televisão e dizia o seguinte:

“Eu vou dobrar o salário-mínimo!”. Aí chegava o Duda Mendonça e dizia ao Lula: “Olha, você vai ter que dizer que vai gerar dez milhões de empregos”. Aí o Lula ia à televisão e dizia que ia gerar dez milhões de empregos.

O que estamos vivendo são questões que têm que ser debatidas. O que valia no passado, agora, não vale mais?

Ora, essa questão do veto é mais do que justificável, e quero contraditar aqui o Deputado Welter que disse que o DIEESE falou que não dava para dar o aumento retroativo aos professores porque ultrapassa o valor da Lei de Responsabilidade Fiscal!

Deputado Welter, entrego documento do DIEESE a V. Exa. contraditando o que V. Exa. disse daquela tribuna. Em cima do documento do DIEESE, não há argumento do Líder do Governo Natálio Stica ou de qualquer liderança querer argumentar essa questão, porque está aqui o documento do DIEESE afirmando que o Governo pode dar esse aumento retroativo.

Olha, minha gente, meus prezados professores, meus caros colegas parlamentares, eu tenho uma preocupação. Os senhores devem ter ouvido desde o ano passado, do mês de junho, que o Governo vem prometendo esse aumento. Aí eles disseram que estavam fazendo os cálculos. Quando chegou no mês de novembro, de janeiro, fevereiro, eu disse que o professor precisava recorrer aos professores do Paraná...

O SR. NATÁLIO STICA

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria que V. Exa. descontasse, Sr. Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA

Queria que, antes de descontar, V. Exa. concluísse os 5 minutos, já que estamos com 7 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É 10 minutos, Deputado Stica. Ficou convencionado, ao abrir mão do Pequeno Expediente, que o Horário das Lideranças seria de dez minutos.

Ele está dentro do tempo estabelecido.

O SR. NATÁLIO STICA

Podemos inclusive dividir o tempo entre dois Deputados, é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não seria esse o entendimento da Mesa. Mas, é dez minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria que houvesse o desconto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. será contemplado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu sei a preocupação do Deputado Natálio Stica. Não soam bem essas cobranças que estou fazendo aqui. Talvez o Deputado Natálio Stica vá à tribuna e faça a defesa da manutenção do veto. Acredito que ele tenha essa coragem, ou talvez um outro Deputado.

Mas, na verdade, o que estamos dizendo aqui é que estamos vivendo um momento que cobram tanto dos políticos a verdade e estou vendo novamente aqui uma grande farsa. O que foi prometido para darem em junho do ano passado, não conseguiram fechar os cálculos; ficou para outubro! Não conseguiram fechar os cálculos. Nós aqui, inclusive demos uma sugestão ao Governo, que formasse uma comissão de professores de matemática para que ele não errasse nos cálculos. Parece que Deus estava me iluminando naquele momento.

Na verdade esse governo não sabe fazer cálculo.

Agora, o governo vem aqui dizer que tem que manter o veto do aumento retroativo, porque o cálculo que eles fizeram foi errado!

Quero dizer aos servidores públicos que estão aqui, não devem ter apenas professores. A grande verdade, pelos estudos que fizemos com o Deputado Durval Amaral e demais Deputados, é de que o Governo está usando de um artifício maquiavélico! Ele está dizendo que uma hora o aumento dos professores é no valor de aproximadamente dezesseis milhões; depois aumentou para vinte e três; depois para trinta, e esta semana corre nos corredores da Assembléia que foi para quarenta.

É por duas razões que o governo falta com a verdade com os servidores públicos: primeiro, para manter o veto. Segundo, para enganar os servidores públicos que ainda não receberam aumento, porque aí os servidores públicos vão dizer: não adianta reivindicar aumento porque os professores levaram tudo.

Esta é a grande verdade. Querem maquiarr uma situação que não existe!

Tenho certeza absoluta que o DIEESE tem credibilidade junto à APP e os professores.

O que estou falando aqui, é um documento que nos foi entregue pelo Lemos, Presidente da APP-Sindicato, do estudo feito pelo DIEESE.

Então, todas as afirmações alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal não se justificam!

Deputado Welter, reveja a sua posição. Vote pela derrubada do veto porque certamente V. Exa. estará fazendo justiça aos professores que estão esperando aumento desde o mês de junho do ano passado, e só não aconteceu porque na verdade este governo tem dificuldades de fazer contas.

Por isso, precisamos colocar no Governo, professores de matemática, para que não haja mais equívocos como este.

Obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário da Liderança do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna na tarde de hoje em paz com a minha consciência, com a convicção de uma decisão tomada, não de agora e nem mesmo por pressão das galerias, mas com a total tranqüilidade de que temos feito um trabalho nesta Casa e isso se demonstra em ações práticas voltadas principalmente à área de Educação.

Quando aprovamos o projeto que cria a Educação em Tempo Integral, o Governador Roberto Requião vetou-o e nós conseguimos derrubá-lo, graças à ajuda de vários Deputados desta Casa.

Quando criamos a disciplina de Informática nas escolas estaduais do Paraná, também o Governador entendeu que o projeto deveria ser vetado, e logo que ele voltou a tramitar nesta Casa nós conseguimos, com a maioria dos Deputados, derrubar o veto e hoje são leis, leis da inclusão social, através da Educação, essa que é uma atividade nobre.

E é por isso que justifico aqui que vou votar contra o veto referente à retroatividade do Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Professores. Em nome do PDT, como Líder da Bancada na Assembléia Legislativa, peço aqui aos demais companheiros Renato Gaúcho, Neivo Beraldin e Augustinho Zucchi, que acompanhem a decisão da nossa Bancada em votar a favor dos professores, porque entendemos que essa é mais uma das incoerências do Governo Roberto Requião, que alega que a retroatividade do aumento dos salários dos professores colocaria em risco o cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

E faço a seguinte pergunta: será que o aumento em mais de 100% dos salários dos Secretários de Estado não seria uma grande incoerência e também não impactaria na Lei de Responsabilidade Fiscal?

Vale frisar que os Secretários de Estado passarão a receber, caso o projeto passe aqui nesta Casa, o valor de doze mil reais mensais. Será que o aumento dos salários dos Secretários de Estado, que é gasto com pessoal, também está fora da Lei de Responsabilidade Fiscal?

E se não citarmos apenas a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal, que serve para argumentar positivamente quando há vontade política de atender determinada demanda, mas que serve para argumentar contrariamente quando há o desinteresse dos governantes em não atenderem determinada solicitação. Será que nós vamos, novamente, proclamar aqui a Lei de Responsabilidade Fiscal? E a Lei de Responsabilidade Moral, do compromisso com os nossos educadores do Paraná, que hoje são os professores que mais sofrem com a falta de condições dignas de trabalho, com a insalubridade, com os baixos salários?

Hoje, infelizmente, segundo dados da própria APP, o Paraná possui os educadores com o maior nível de

estresse, provocado justamente pela falta de condições de exercer essa função com dignidade. O Paraná, hoje, Sras. e Srs. Deputados, possui o pior índice de analfabetismo do Sul do Brasil e isso é em decorrência, também, de um salário ruim pago até o momento para as Sras. e Srs. professores.

Nos últimos anos, o Paraná não vem cumprindo com a exigência legal de 25% com gastos da folha com a Educação. O Paraná é o campeão em evasão escolar nos Estados do Sul e do Sudeste. Infelizmente, o Paraná foi o último Estado a implantar o Plano de Carreiras, Cargos e Salários. Se é uma conquista, sem dúvida nenhuma é. Mas, antes, vamos premiar os valorosos professores, os valorosos membros dessa função digna, que é a educação, concedendo-lhes o direito à retroatividade que vai significar, acima de tudo, a responsabilidade deste Governo para com todos os seus educadores.

Para finalizar, espero também que os outros companheiros votem a favor dos professores nesta tarde, Deputado André Vargas, que é de Londrina; Deputada Elza Correia, que é de Londrina. Eu sou de Londrina e com muito orgulho quero dizer aqui, vamos votar a favor dos professores, contra o veto do Governador Roberto Requião.

Concedo um aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

#### O Sr. Ratinho Júnior

Gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. O senhor que faz parte do Bloco Independente, gostaria de fazer das suas palavras, as desse Bloco, onde nós desde o ano passado, quando se começou a cogitar as reuniões da APP-Sindicato com essa Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, já nos pronunciamos favoráveis a esse Plano de Cargos e Salários e também ao retroativo.

Então, parabéns, e que suas palavras sejam nossas.

(Aplausos)

#### O SR. BARBOSA NETO

Obrigado, Deputado Ratinho Júnior, pelo aparte.

Gostaria de finalizar dizendo que os jornais de circulação nacional estampam hoje dados preocupantes em relação à violência que cresce cada vez mais, e as principais vítimas são os jovens até os dezenove, os vinte anos de idade. Lamentavelmente o Paraná, depois de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Mato Grosso e do Espírito Santo, possui o maior número de jovens que morrem vítimas da violência, seja do trânsito ou da violência das armas brancas ou das de fogo.

Por isso, mais uma vez esse projeto é mais do que atual, porque somente o investimento em Educação pode permitir que nós façamos diminuir esse abismo social que hoje exclui jovens das oportunidades de poder também se especializar através do ensino. Jovens que poderiam, através da ocupação, estar tendo um futuro melhor, desenvolvendo as noções de família, de solidariedade, de

respeito ao próximo, e não seriam mais dados estatísticos nefandos que infelizmente fazem com que a imagem do nosso Estado venha diminuir, sem sombra de dúvida.

Por isso, faço aqui o apelo às Deputadas e aos Deputados, vamos respeitar a Educação, vamos respeitar os profissionais do Magistério, e vamos votar, não a favor do salário, apenas, dos professores, mas em prol de uma educação mais digna, em prol da inclusão social e, acima de tudo, para evitar que os nossos jovens continuem sendo vítimas desse sistema que aí está, em nosso País, e principalmente em nosso Estado.

É uma grande oportunidade na tarde de hoje; significaria talvez um divisor de águas na atuação desta Assembléia Legislativa, demonstrar ao Governo do Estado que nós temos liberdade e que temos a consciência de que vamos votar a favor dos professores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PT, PMDB.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, senhores professores, nós assistimos durante todo o ano passado uma discussão calorosa, um debate muito bem encaminhado pelo professor Lemos, enfim, por toda a direção da APP com o Governo do Estado, onde os professores, pela liderança da própria APP, ficaram entusiasmados com a possibilidade da implantação e depois, posteriormente, a real implantação do Plano de Cargos e Salários, e alguns professores, efetivamente, empolgados estavam com aquilo que lhes seria inovador e revolucionário. Anunciava-se um aumento naquela oportunidade, por volta do mês de outubro, novembro de quase 100% para os professores do Paraná. Após algumas análises mais acuradas por parte do Governo, no mês de dezembro chegava-se à conclusão de que o Plano de Cargos e Salários, inevitavelmente seria encaminhado à Assembléia Legislativa e votado no mês de dezembro e implantado imediatamente.

Na seqüência, o Governo voltou atrás. Não encaminhou o Plano de Cargos e Salários, criou uma grande discussão, os professores, muito aquém daquilo que esperavam, conseguiram, através do diálogo, da pressão, logo após o reinício dos trabalhos legislativos, no mês de março, aprovamos o Plano de Cargos e Salários.

Por sua iniciativa, o próprio o Governador propôs reajuste retroativo a 1º de fevereiro. Nós, os Deputados da Oposição, da Situação, enfim, a Assembléia Legislativa apoiou a iniciativa da APP, a iniciativa dos professores, e por que não fazer justiça neste momento, a iniciativa do próprio Governo de que, se não era possível tudo aquilo que havia sido prometido, seria possível a implantação do plano retroativo a 1º de fevereiro, atendendo a todos os professores do Paraná.

Quantos foram os professores que comprometeram o seu salário de fevereiro, de março, de abril em cima da retroatividade! Fizeram gastos, até porque havia já um determinado achatamento salarial. Qual foi a nossa surpresa, dos professores do Paraná, dos Deputados, não só da Oposição, mas também da Situação: quando o Governo, que foi o autor da mensagem como um Parlamentar que faz um projeto de lei e encaminha para votação na Assembléia Legislativa, como um Parlamentar que surpreenderia a todos nós se fizesse um projeto de lei e no plenário votasse contra seu próprio projeto; assim agiu o Chefe do Executivo. Encaminhou uma mensagem propondo a retroatividade para fevereiro de 2004, e depois, como avestruz, enfiando a cabeça debaixo da terra, diz não aos professores do Paraná, diz não à Assembléia Legislativa e à sociedade paranaense, passando um atestado único de incompetência administrativa, de incompetência de planejamento, de incompetência da educação, de incompetência total deste Governo, e, pior, embasado numa falácia, numa mentira que o final do quadrimestre se incumbiu de restabelecer a verdade.

Quais foram as razões do veto? As razões eram que, nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro de 2004, o Governo, se desse o reajuste, estaria comprometendo da despesa com pessoal, da Receita Corrente Líquida, 49,4% se implantasse isto em fevereiro se pagasse retroativamente, estaria comprometendo 52,28% da Receita Corrente Líquida.

Mentira! Os números estão aí, o que fundamentou o veto, não tem consistência e não tem embasamento. Fechado o quadrimestre chegou-se à conclusão, que efetivamente o comprometimento, se tivesse havido o pagamento, seria somente de 47,04% contra os 59,04% alegados pelo Governo do Estado.

Fechado o quadrimestre, chega-se à conclusão de que os números de 52,28%, de comprometimento da Receita, se o reajuste fosse retroativo, também é mentiroso, porque ele é um Governador como o Pinóquio. Um Governo mentiroso!

Apenas 47,47% seria efetivamente o comprometimento. O Governo mentiu descaradamente ao fundamentar o seu veto induzindo a erro os Deputados da Base de Sustentação Política do Governo. Os números não mentem, porque, se falamos do quadrimestre encerrado em abril, podemos falar das despesas realizadas nos últimos 12 meses, também encerrada em abril.

Pois bem. As despesas com o pessoal do primeiro quadrimestre, de janeiro a abril sobre a Receita Corrente Líquida, foi de 39,89%. Se o Governo tivesse dado o pagamento retroativo à despesa, chegaria somente a 40,97%. Nos últimos meses, encerrados em abril, o comprometimento teria sido somente de 47,14%. Se tivesse incorporado o aumento, o comprometimento seria somente de 48,32%. O aumento poderia ser contabilizado na despesa constitucional dos 25%, porque o Estado é obrigado a gastar 25% com a Educação do nosso Estado. Não comprometeria outras categorias.

O Governo mente, porque esse é um Governo que não honra os seus compromissos. Prometeu acabar com o pedágio, no Paraná e o pedágio está aí, sendo cobrado durante todos os dias desse Governo.

O Governo implanta uma ditadura do medo, tentando e ameaçando todos os professores do Paraná, e se o veto fosse derrubado, na Assembléia Legislativa do nosso Estado, ele não implantaria nenhum aumento para os professores.

Graças à sensibilidade da APP, à sensibilidade do Deputado Hermas Brandão também, à sensibilidade dos Deputados da Situação e da Oposição, primeiro resolvemos aguardar efetivamente a implantação do aumento. Mas, nós não tememos. Por quê? O Governo não tem meios legais de voltar no tempo e no espaço! A Assembléia não precisa temer, porque nós temos mandato e somos independentes! O Governo não terá força legal e nem jurídica se derrubarmos o veto nesta tarde, para tentar calar ou surrupiar a conquista dos professores do nosso Estado.

Nós temos condições, sim, o voto é secreto, e os Deputados da Oposição, da Situação e do Bloco Independente, poderão efetivamente derrubar o veto, mostrando a independência da Assembléia Legislativa, que não nos curvamos diante da ameaça do Palácio Iguaçu, que não nos curvamos neste momento sagrado do voto.

Devemos agir com muita isenção, Srs. Deputados.

Deputados que têm uma luta histórica como os combativos Deputados do PT, que sempre ao longo da nossa história agiram em defesa da organização sindical, agiram em defesa da sociedade organizada, agiram em defesa dos movimentos sociais. Os nossos companheiros do PMDB, que sempre se pautaram com coerência em defesa dos professores. Não é porque agora governa, que precisa traduzir o sinônimo de Governo em adesismo. Vamos agir com maturidade, com independência, em defesa dos professores do Estado do Paraná, porque cabe dentro do Orçamento do Estado, porque cabe dentro da Receita Corrente Líquida. Os argumentos colocados pelo Governo nas razões de veto não se sustentam, conforme demonstrado pela APP e por nós, neste momento, nesta tarde, na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputado Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1097, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 035/2004, veto parcial aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/2004, que dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 032/2004

Curitiba, 15 de março de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 007/2003, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, por julgar a parte vetada impossível de ser atendida, por contrariar a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Dispõe o autógrafo sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, tendo o veto parcial incidido sobre o artigo 47.

O dispositivo contido no referido artigo 47, foi vetado porque, impondo efeito retroativo, implicaria em montante de despesas que, em função da situação hoje apresentada pelo Erário, extrapolariam os limites estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ressaltando-se que o veto possibilitará que o pagamento das vantagens decorrentes seja feito na forma preconizada pelo artigo 1º, do Decreto-Lei Federal nº 4.657/42, LICC ou seja, em quarenta e cinco dias, isso permitindo que o Estado do Paraná obedeça aos ditames da legislação federal pertinente.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei complementar em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, encontra-se publicado no DA. nº 002/2004, de 17.02.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 035/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei Complementar nº 003/2004, de autoria do Poder Executivo, objeto de veto parcial do Governador, dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, entende que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**Em votação.**

**O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, hoje estamos aqui diante de uma platéia tão especial, que são os professores do Estado do Paraná.

Durante a minha campanha eleitoral, sempre disse que jamais votaria contra os interesses dos professores, e, aqui, representamos a região de Ponta Grossa juntamente com o Deputado Plauto Miró Guimarães e podem se orgulhar os nossos professores dos Campos Gerais, pois os dois Deputados de Ponta Grossa e dos Campos Gerais vão votar a favor dos professores. O pessoal do núcleo de Ponta Grossa saiba que os dois Deputados que representam os Campos Gerais não vão trair os professores, vão cumprir o que prometeu o Governador Roberto Requião.

Quero dizer, Sr. Presidente, que os professores estão há muitos anos esperando esse plano de cargos e salários, e sem dúvida nenhuma é um progresso importante dos professores, com a Lei do Governador Roberto Requião. Ele cumpriu uma primeira etapa, deu aumento que os professores queriam, mas prometeu que esse aumento seria dado do começo deste ano, como já disseram aqui vários professores, pela situação financeira e dificuldade, fizeram compromissos com aquele dinheiro e, agora, estão em dificuldades. Quem prometeu que daria esse aumento foi exatamente o governo que encaminhou a esta Casa o pedido à retroatividade aos professores.

Acho que o Governador Roberto Requião cumpre uma etapa, cumpre um pedaço que prometeu aos professores. Depois de dar esse aumento, ele chegou à conclusão de que não deveria dar o retroativo, porque pode dar a outros funcionários. Mas ele havia assumido o com-

promisso com os professores! Ela havia dito aos professores que daria esse retroativo! Palavra dada, palavra carimbada. Ele precisa cumprir exatamente o que determina a sua palavra!

Hoje, Srs. Deputados, é um dia especial. Eu diria que gostaria que essa votação fosse aberta. Que essa votação, Sr. Presidente, fosse livre. Que cada Deputado levantasse aqui e dissesse: voto a favor dos professores.

**(Aplausos)**

Infelizmente, o nosso Regimento Interno é falho e diz que temos que nos esconder dentro da cabine, que é maldita e não mostra a cara de cada um. Precisamos nos esconder para não dizer o que pensamos. Acho horrível que um Parlamentar tenha que se esconder atrás daquela cortina, para votar. Não vamos conhecer aqui quem votou a favor e quem votou contra!

Vimos aqui belos discursos. Vimos aqui pessoas abanando para a galeria: estou com vocês. Na hora que chegar, ali, como é que vão votar os Deputados? Na hora em que ele entrar naquela cabine, como é que vai se saber em quem ele votou? Se o Deputado mostrar o seu voto, ele incorre em crime previsto no Regimento Interno: "Será nulo o voto que for mostrado, que for apresentado". A tal da cabine misteriosa não vai poder mostrar o que pensa cada Deputado.

Eu queria fazer um apelo aos companheiros, da Situação, da Oposição, que todo mundo conte o seu voto hoje. Ninguém está impedido de contar o seu voto, agora, como estou contando o meu. Vamos contar os votos, hoje, aqui!

**(Aplausos)**

Que cada um conte em quem vai votar, porque este ano tem eleição e tem gente aqui, que quer se candidatar! Como é que vai ser com o povo na urna?

Eu faria um apelo aos companheiros, quem é Situação que tenha a coragem de levantar e dizer: sou Situação, voto a favor. Sou Oposição, voto com os professores, sou contra - e levanta a mão. Vamos mostrar isso, senhores, hoje, já que existe aquela desgraça ali,...

**(Aplausos)**

... já que existe a cabine.

Eu queria pedir ao Deputado que gosta do professor, que respeitou o professor desde pequenininho. Falo de frente. Falo de trás. Falo do jeito que o senhor quiser!

**(Aplausos)**

Falo do jeito que eu quiser!

Não tem nada no Regimento dizendo que tenho que olhar para o Presidente. A palavra é minha! Onde é

que está no Regimento, que tenho que olhar para o Presidente?

Eu queria fazer a chamada nominal dos Deputados que se dispõem a votar a favor do povo e dos professores. O Deputado Durval Amaral vota com os professores, contra o veto. O Deputado Elio Rusch vota com os professores, contra o veto.

**(Aplausos)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito Canto, não é permitido fazer enquete com os Deputados - diz o Regimento. Não é permitido diálogo entre os Parlamentares.

O SR. JOCELITO CANTO

O senhor me mostre, no Regimento, onde está escrito!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mostre o senhor, no Regimento, onde está a possibilidade de o senhor fazer...

O SR. JOCELITO CANTO

V. Exa. é o Presidente desta Casa, em exercício, me mostre, por favor, aonde diz que não posso pedir a opinião deles!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não, não pode! Os Deputados também poderão colocar sua opinião, não há problema nenhum! Cada Deputado terá assegurado 10 minutos para fazer seu encaminhamento. Pode ser de Situação, de Oposição.

V. Exa. tem seus 10 minutos.

O SR. JOCELITO CANTO

Eu pediria que V. Exa. descontasse meu tempo, já que V. Exa. tirou um bom pedaço dele com sua participação.

Se o senhor me permitir, como o senhor é do Partido Democrático Trabalhista, haverá de me dar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem o tempo.

O SR. JOCELITO CANTO

Deputado Plauto, me parece que vota com os professores. Deputado Carli, só levanta a mão, não precisa mais nada, não precisa falar! Deputado Traiano. Deputado Barbosa Neto. Deputado Ducci, Deputado Rossoni, Deputado Neivo Beraldin, com os professores. Muito obrigado. Os demais Deputados, aqui, Deputado Leite...

**(Tumulto no Plenário)**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Meu caro Presidente, com todo respeito ao Jocelito, que é uma pessoa a quem tenho muita satisfação, mas quem toma voto, colhe o voto dentro desta Casa, é a Mesa na figura do 1º Secretário.

Nós estamos invertendo a situação, aqui. Conheço, e V. Exa. tem o direito da manifestação, da palavra, tem o direito de se manifestar, mas colher o voto é ação exclusiva da Mesa!

**(Tumulto no Plenário)**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Seu tempo será garantido, Deputado Jocelito Canto.

Eu queria pedir aos professores que estão nas galerias, para que a Sessão transcorresse na sua normalidade. Não é permitido manifestação, nem a favor nem contra, das galerias. Então, pediríamos aos professores que respeitassem o posicionamento de cada Deputado, para que a Sessão pudesse prosseguir.

Estou solicitando, aqui, Deputado Jocelito Canto, para que V. Exa. encerre seu pronunciamento. Vou lhe dar dois minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Fiz uma Questão de Ordem e V. Exa. não a considerou, que só a Mesa tem condições de tomar o voto! A competência é da Mesa!

O SR. JOCELITO CANTO

Como é que o senhor vota, Deputado José Maria?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Voto com o veto do Governador. Não tenho o que esconder!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, artigo 104.

Eu ouvi a manifestação do deputado Jocelito Canto, sua apresentação, tem todo o direito de se manifestar. Agora, o que não pode é o Deputado Jocelito Canto se arvorar no paladino, de que é o único Deputado aqui que tem a convicção de estar votando certo, de tentar jogar os Deputados.

Não acredito que tenha um Deputado, nesta Casa, que não tenha a qualidade de mostrar o seu voto, como eu tenho. Portanto, não dá para aceitar este tipo de armação, de um Deputado querer controlar, dizer que quem entra lá, muda seu voto, como se nesta Casa nós tivéssemos Deputados que não assumem suas posições!

Aqui, os Deputados assumem, sim! E não podemos aceitar que um Deputado venha aqui, como se fôssemos teleguiados, querendo jogar uns Deputados contra os outros ou contra a platéia! Eu assumo minha posição, como qualquer um assume. E o Deputado Jocelito Canto tem o direito de mostrar sua posição,

mas não de querer, aqui, guiar os deputados para esta ou aquela situação!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Respondendo à questão de ordem, levantada pelo Deputado José Maria Ferreira, o Deputado, quando está em momento de encaminhamento de votação não pode permitir aparte ou se comunicar com outro Deputado.

**(Vozes paralelas)**

Por outro lado, o deputado Nereu Moura levanta uma questão de ordem procedente, porque o Regimento Interno é claro e o Deputado Jocelito pode propor a mudança do Regimento com os demais Deputados. O voto secreto é regimental, nós estamos num encaminhamento de votação dado pelo Regimento. Discussão única do veto apostado pelo Sr. Governador, como tantos outros vetos votados nesta Casa.

Então, todo Deputado poderá encaminhar por dez minutos a votação. Poderá fazer o encaminhamento que achar necessário, mas não pode ele desviar da questão central, não pode ele passar a palavra a outro deputado, não pode fazer interrelação de palavras de um Deputado com outro.

Isso é regimental.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)**

Acompanhando a discussão do Deputado Jocelito Canto e ouvindo também a manifestação do Deputado Nereu, entendo que esta Casa é a casa da democracia. É aqui que se espelha a vontade popular dos paranaenses, é o grande fórum de debate da sociedade paranaense!

Acho que o exercício da democracia e a palavra assegurada ao Parlamentar nesta Casa, é fundamental, até porque no passado, nós cansamos de ouvir discursos eloqüentes, inflamados, do Deputado Nereu, quando colocava a sua posição com clareza no Governo passado em assuntos como este, do caso dos professores.

E agora, quero me render ao Deputado Nereu, pela sua postura, pela sua grandeza de assumir.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Qual é a questão de ordem, Deputado?

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Aceitar a proposta do Deputado Nereu, de fazer com que o voto dos Parlamentares seja claro. O Deputado Nereu deixou aqui uma proposta de expor claramente o voto de cada um.

Eu me rendo ao Deputado Nereu e elogio a sua atitude e espero que os demais Parlamentares desta Casa, de todas as regiões do Estado, manifestem o seu voto claramente aqui neste plenário, antes de ir lá, para aquela salinha secreta, enganar os professores do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Apenas refazendo aqui, não há questão de ordem a decidir, até porque todos os Deputados têm, regimentalmente, o direito de encaminhar a votação, mas não poderão declarar o voto, no momento em que o fizer, sob pena de anular a Sessão.

Agora, o posicionamento do encaminhamento de votação, o Deputado declara o que quiser declarar, é lícito a ele, mas não pode Deputado Jocelito interrelacionar com os demais Deputados.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Eu gostaria de fazer um pedido, baseado naquilo que falou o Deputado Nereu Moura aqui. Ninguém pode mostrar o seu voto ali na dita cuja da urna, que é secreta. Quero fazer um pedido a todos os Deputados, mas todo mundo pode encaminhar contra ou a favor: façam como o Deputado José Maria fez, digam em que vão votar.

Queria também pedir ao deputado Tadeu Veneri que já fez um comunicado que diz que vai votar junto com os professores e é do PT. Ora, Deputado, com todo o respeito que tenho por V. Exa., o senhor me lembrou a Deputada Eloisa Helena, que brigou com o PT mas teve a coragem de ficar com o povo! A Deputada Luciana Rafagnin que também é do interior, sabe o que sofrem os professores. Vamos votar com os professores! Então gostaria, Sr. Presidente, de pedir a cada um dos Deputados, quando falam em Parlamento moderno, bonito, transparente. A lei diz que nós não podemos contar o voto.

Então, faço aqui um pedido aos Deputados que gostam dos professores, digam sim ou não, mas encaminhem o seu voto; todo aquele que gostar do professorado do Paraná vai dar a sua posição, vai subir aqui e dizer: “eu sou contra”, ou, “eu sou a favor”. Isso ninguém está impedido, o Regimento Interno não proíbe que ninguém encaminhe a sua votação. Eu acho que todo mundo poderia fazer isso.

E para finalizar, Sr. Presidente, eu quero dizer que o Governo do Estado pode pagar, sim, os professores quando quiser, a lei é clara, ele pode até pagar como indenização os professores em dez, quinze, vinte, trinta pagamentos, como quiser, e os professores topam receber até parcelado para receberem o atrasado; é só o Governo querer.

Agora, outra que eu recebi aqui é a prestação de contas que vem à Assembléia agora...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Eu solicito que V. Exa. conclua.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Então, eu queria dizer que o Governo tem dinheiro para dar, e queria pedir: “Governador, não faça um gavião no finalzinho, faça uma andorinha. O senhor já começou a preparar a andorinha, está no final, agora deixa ela voar!

Eu agradeço, Sr. Presidente, e mais uma vez, eu acho que o Deputado Rossoni tem razão: quando o Depu-



tado Nereu fala, o som está alto; quando a Oposição fala, baixa o som, eu já descobri, o Rossoni tem razão.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, para encaminhar, Deputado Luiz Carlos Martins.

**O SR. LUIZ CARLOS MARTINS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes nesta tarde, aqui.

Não vou usar os dez minutos, apenas para dizer o seguinte: eu tenho ouvido aqui, e diversas vezes, que não pode se retroagir, porque retroagindo, teria o impacto no Orçamento do Estado, porque o impacto na folha de pagamento do Estado.

Esta é a grande pergunta que se deve fazer: e o impacto no bolso dos professores? ou os bolsos dos professores não têm impacto?

Eu encaminho neste momento, eu Deputado Luiz Carlos Martins, contra o veto do Sr. Governador Requião, e a favor dos professores.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. MAURO MORAES (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, eu não vou tomar todo o tempo para demonstrar aquilo que o PL já ratificou várias vezes na imprensa de Curitiba, de que nós votaremos pela derrubada do veto do Governador, porque já havíamos decidido, por unanimidade, dar o aumento aos professores.

Escutei vários membros da Bancada Governista dizer: “nós venceremos”. Mas eu não entendo como é vencer, porque vencer assim é como vencer por traição. Decidimos aqui que votaríamos pelo retroativo a fevereiro, favorável aos professores. Se a Bancada Governista vencer, vencerão sempre, mas como vencem as pessoas que medem o número de vitórias pelo número de traições que fazem. Traições aos professores do Paraná, coisa que o PL, o Mauro Moraes não vão fazer.

Muito obrigado.

**O SR. CHICO NOROESTE (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados.

Gostaria de cumprimentar o professor José Lemos e estender meus cumprimentos a todos os professores aqui presentes. Quero dizer-lhes que podem contar com a nossa solidariedade e com o nosso apoio na derrubada do veto do Governador Roberto Requião.

Primeiro, porque é uma questão de coerência, de confirmar a posição que tivemos na aprovação desse projeto importante. Segundo, em respeito aos professores. Respeito a posição do Governador, mas não posso jamais votar contra os professores. A função deles é fundamental, nobre, eles, multiplicadamente, ensinam os filhos de todos os brasileiros.

Contem com o nosso apoio, com a nossa solidariedade, com o nosso voto. O nosso voto será NÃO, será pela derrubada do veto, será a favor dos professores.

Muito obrigado!

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Temos assistido nos últimos quatro meses, uma grande encenação. Na verdade, um Governo que veio com uma promessa de mudança, de restabelecimento dos direitos, e o que temos assistido é um jogo para a mídia.

Devemos lembrar que, no mês de dezembro do ano passado, divulgou-se pela imprensa escrita e falada, que o Governador Roberto Requião queria, já em dezembro, dar aumento aos professores. Dizia ele que talvez não enviasse o projeto para esta Casa, porque a Casa entraria em recesso. E para votar, deveria ter uma convocação extraordinária, e isso poderia onerar as finanças públicas. Esta Casa respondeu que não teria problema nenhum em votar em dezembro, mesmo numa convocação sem nenhuma remuneração.

O que aconteceu? O Governo não mandou em dezembro. Mandaram em março. Imediatamente após a chegada do projeto de lei nesta Casa, esta Casa foi séria, foi ágil, foi eficiente na apreciação desse projeto de lei. Teve o seu caminho pelas Comissões. Os Deputados, de pronto, foram lá, aprovaram o projeto, que veio para cá, e o Plenário aprovou com emendas. E vejam o que acontece: um Governo que diz que queria dar o aumento no mês de Dezembro, começa a pagar...

**O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, sou Presidente da CPI do Porto de Paranaguá e nós tínhamos uma reunião marcada para as 17h00. Quero comunicar que foi suspensa a reunião, para respeitar essa votação.

Então, comunico a todos os membros da CPI do Porto que não haverá reunião no dia de hoje, ficando para terça-feira e quarta-feira da semana que vem.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Pois bem, o Governo, depois de aprovado o projeto, veta parte dele, veta o artigo que diz que o aumento seria retroativo ao mês de fevereiro, e vejam os senhores que a proposta do Governo dizia isso, o Governador vetou aquilo que ele disse que iria fazer, comprovando que, na verdade, ele jogou para mídia; criou-se uma expectativa muito grande.

Na verdade, esta Casa deveria ter aprovado uma emenda com um aumento retroativo a dezembro, quando o Governador anunciou que queria dar aumento aos professores; não fez isso, e alegou-se que erraram nos cálculos. Não posso admitir que um Governo que tem um quadro técnico de pessoas preparadas, tenha errado no cálculo! É muito fácil fazê-lo. Hoje, ainda, com muito

mais facilidade. Nós sabemos que toda a máquina administrativa do Governo está informatizada, temos os dados, e num instante tiramos no computador, como também, quando queremos, deletamos.

É importante que os Deputados tenham números e valores para que possam votar conscientes de que estão votando a favor dos professores e não, simplesmente, votar a favor do Governo. Ninguém quer votar contra o Governo, não é isso! Todos nós somos Governo! Nós queremos, sim, fazer com que os professores tenham aquele aumento que foi anunciado e que gerou uma grande expectativa, que foi uma iniciativa do Executivo e que, na verdade, ele não está cumprindo. Não cumpre, porque, diz, erraram no cálculo!

Os primeiros números que nos trouxeram, diziam que o impacto na folha de pagamento seria de dezesseis milhões, aí vieram com a desculpa de que não poderiam dar aumento porque o impacto já seria de trinta milhões, agora, fala-se que o impacto seria e quarenta milhões, mas eu tenho a dizer aos Deputados que todos receberam um documento enviado pelo Executivo (o relatório da execução orçamentária do Estado dos quatro primeiros meses de 2004) que deixa muito claro de que os números verdadeiros são esses, não os que o Governo anuncia, porque aqui não se pode jogar para mídia; aqui não se pode fazer jogo para torcida, porque aqui não têm que estar expressos os números reais, é a Lei de Responsabilidade Fiscal que faz essa exigência, de que o Executivo deve prestar contas a cada quadrimestre da sua execução orçamentária ao Poder Legislativo e, por conseguinte, ao povo do Paraná.

Pois bem, vejamos: o Poder Executivo pode gastar na rubrica de Pessoal, até 49% da Receita Corrente Líquida. Aqui estão os números. Não é um documento feito por este Deputado ou por esta Casa; é um documento enviado pela Secretaria da Fazenda, pelo Secretário Eron Arzua e sua equipe. Aqui estão os números e índices.

Vejam os senhores: a Receita de Pessoal está no patamar de 47,14%. Isto, se fizermos a conta anual, nos doze meses, de 2003 a 2004. Então, durante os doze meses, estamos com um percentual de 47,14%.

Pois bem, um outro cálculo: de janeiro até abril nós tivemos uma arrecadação de R\$ 4.286.271,00. Se dividirmos por 4 e multiplicarmos por 12, vamos ter uma receita de R\$ 12.864.840,00 acima daquilo que foi planejado e que foi projetado, provando que nós temos recursos para o pagamento de pessoal.

Durante os doze meses, tivemos um gasto de R\$ 3.975.701,00. E poderíamos gastar até R\$ 4.132.683,00. Quer dizer, o Estado poderia ter gasto a mais, até atingir os 49%. Isso dá um diferencial de R\$ 156.982,00 a mais!

Essa conversa que era dezesseis, depois passou para trinta e agora é quarenta, também não cola! Não é justificativa plausível para que não se dê o aumento retroativo a fevereiro, porque, se temos um aumento de

quarenta milhões, nós temos uma sobra de cento e cinquenta e seis milhões! Na verdade, falta é vontade política mesmo porque baseia-se o Governo do Estado no limite prudencial, que já foi ultrapassado.

A lei não fala em limite prudencial! A Lei de Responsabilidade Fiscal é muito clara: diz que o limite constitucional é de 49%, que o Executivo não pode ultrapassar, sob pena de responder pela infringência da lei.

Quero dizer aos senhores que os números não mentem; são verdadeiros. E mais ainda, tenho em mãos aqui, um estudo feito pelo DIEESE, que acredito que muitos dos senhores tenham também, ele faz o cálculo e projeta até o final do ano. Se este aumento for dado retroativo a fevereiro nós teremos um gasto com o pessoal, no decorrer de todo o ano, de 48,32%.

Este é o gasto que o Governo vai ter com pessoal, abaixo do limite constitucional de 49%. Por isso, os números mostram e provam que o Governo pode dar o aumento retroativo a fevereiro. Basta ter vontade política e atender os professores que precisam deste aumento, porque a expectativa foi gerada pelo próprio Governador.

Quero aqui, Sr. Presidente, após apresentar estes números, declarar: Vou votar a favor do Paraná. Por isso, votarei a favor dos professores pela derrubada do veto.

#### O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só fazer um apelo aos Deputados da Base do Governo, aos Deputados independentes, àqueles que vão votar com os professores, para que abram mão do encaminhamento, com exceção do Deputado Valdir Rossoni, e na sequência encerraremos o encaminhamento.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Traiano, abriu mão; Deputado Elio Rusch, abriu mão.

Deputado Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados; Caros professores e professoras aqui presentes.

Ouvi atentamente todos os discursos aqui feitos pelos meus amigos, Deputados da Oposição. Fiquei tentando imaginar como é que nós podemos fazer um discurso que diferencia, e muito, da nossa prática!

Preparei hoje pela manhã um arrazoado do que queria falar aqui e trouxe alguns pontos para reflexão ao comportamento do Governador Requião em relação aos professores. E quero voltar lá atrás, porque não podemos apenas pegar o dia de hoje. Volto no primeiro Governo do Requião, quando os Professores tiveram uma política salarial diferenciada, onde os reajustes foram da ordem de 782,63% - isso se deu no ano de 92. É bem verdade que esse índice foi corroído pela inflação e praticamente zerado, mas é bom trazer aqui, porque a história sempre nos conta a realidade de hoje.

No ano seguinte, em 93, a inflação bateu recordes históricos e novamente o Governador Requião teve uma política firme no salário dos professores, com dez reajustes salariais para repor a inflação galopante da época. E quero lembrar que naquele período os professores paranaenses não fizeram greve ou manifestações; havia um canal direto entre a APP Sindicato com o então Secretário, saudoso Elias Abraão.

Esses fatos definem muito bem a postura do então Governador Roberto Requião e é preciso lembrar também que, naquela época, quem antecedeu o Governador Requião, foi o hoje Senador Álvaro Dias, e os professores lembram bem como foram tratados, com as patas dos cavalos!

Isso foi feito, inclusive sob o olhar complacente, e perdoe-me Deputado Durval Amaral, Líder da Oposição, porque eu estava ali no portão com os professores, e lembro da posição do Deputado Rafael Greca, abrindo aquele portão e lembro de V. Exa. no terceiro andar, que era o conselheiro do então Governador Álvaro Dias.

Por isso, toda escusa que lhe devo, mas V. Exa. não pode fazer um discurso inflamado no dia de hoje.

O Governador Roberto Requião deixou os Professores paranaenses em 94 para se candidatar ao Senado e olha o salário deles! O menor salário em 94 era de R\$ 253,17 para vinte horas e o pico da carreira era de R\$ 721,26. E quero aqui lembrar a paridade do dólar pelo real, de um por um na época. Portanto, na época os professores ganhavam, no menor salário, R\$ 253,17 e o maior salário R\$ 721, 26, que poderíamos equiparar com o dólar. E o mais importante é que 95% dos professores estavam na faixa de R\$ 334,00 a R\$ 721,26.

Em 1995, começa o “desgoverno” Jaime Lerner. O Governo dos incentivos fiscais a montadoras, o Governo do leilão da Ferroeste, da compra de títulos de Alagoas, Osasco, Guarulhos; o Governo do pedágio, que é bem verdade, difícil de derrubar, Deputado Valdir Rossoni, pelo contrato amarrado com o seu Governador. O Governo do super-negócio da COPEL com a UEG de Araucária que leva ou levava, até assumir o Requião, vinte e cinco milhões por mês em um contrato mal feito com aquela empresa. O Governo da compra de créditos fiscais de ICMS que levou até Secretários ou ex-Secretários de Estado à cadeia. O Governo Jaime Lerner que privatizou o BANESTADO em uma situação que passou também com o apoio de muitos dos Deputados que hoje, fazem o belo discurso nesta Casa. E só o BANESTADO, pasmem, senhores professores, leva nesta herança maldita, quarenta e cinco milhões por mês para pagar para o Banco Central durante trinta anos; falta, ainda vinte e cinco anos, quarenta e cinco milhões. Sabem qual é o impacto na folha de pagamento do aumento dos professores no plano de cargos? Trinta milhões. Portanto, leva uma vez e meia o aumento dos professores todo mês para o Banco Central por mais vinte e cinco anos para pagar o Banco do Estado, que hoje é Itaú. Esse é o Governo que V. Exas. defenderam!

Vejam o que aconteceu com o salário dos professores da escola pública durante o Governo Lerner. Retornamos a 95. Vamos tomar por base o mais baixa salário da carreira do Magistério...

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Deputado Augustinho Zucchi, Deputado Stica, eu acho que um erro não justifica o outro. Eu questiono como é o seu voto: a favor ou contra os professores, apenas isso.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Natálio Stica, não há questão de ordem a decidir.

#### O SR. NATÁLIO STICA

No primeiro ano da administração do Lerner, esses professores perderam R\$ 722,00 ou seja, 2.8 salários, ao longo do primeiro ano do Governo.

Em 1996, como ficou a vida do professor? Estão aqui para dizer, perderam durante o ano, R\$ 1.080,00 ou 4.2 salários.

Em 1997 continuaram perdendo, trabalharam 12 meses para receber, por sete meses e três dias, perderam R\$ 1.200,00;

Esse era o Governo de V. Exas. Perderam porque o dinheiro do Governo estava sendo usado em outro destino.

Pois nesse ano, enquanto negava o salário dos professores, o Governo liderado nesta Casa pelo Valdir Rossoni, V. Exa. usou a tribuna há pouco e fez alguns comparativos, gastava duzentos milhões de dólares nos Jogos Mundiais da Natureza. No ano seguinte, ano de 1998, Deputado Valdir Rossoni, como ficou o salário do professor?

O professor do primeiro nível perdeu cinco salários e três dias, ou seja, perdeu R\$ 1.302,96 durante o ano. O Governo Lerner levou os professores da rede pública a fazerem greve de fome, afinal estavam recebendo pouco mais de seis salários por ano trabalhando. Mas, o Governo tinha outras prioridades, era hora de reduzir as tarifas do pedágio em 50%, para, com isso, ganhar as eleições, o que podemos configurar como uma grande fraude eleitoral no Paraná. Dessa forma Jaime Lerner continuou tratando os nossos professores.

Em 2002 concluiu que o salário do professor do nível C3, referência 01, cobriria apenas o mês de janeiro, fevereiro e mais três dias. Mas, essa constatação somente de perda que ele sentiu, aconteceu em julho de 2002, quando implantou a gratificação de assiduidade no valor, pasmem senhores, de cinquenta reais. Oito anos haviam se passado, os professores fizeram greve de fome, vigília, muitas passeatas e receberam, como gratificação, cinquenta reais! Esse valor não cobre a inflação de 1995, primeiro ano da administração Jaime Lerner.

Deputados Valdir Rossoni e Durval Amaral, V. Exas. que durante oito anos se revezaram na defesa do

Governo Jaime Lerner, hoje sou líder do Governo Requião, aliás, aqui é bom que se faça algumas diferenças: enquanto o Governo que eu lidero implanta a Luz Fraterna, o seu Governo tentava vender a COPEL. Enquanto o Governo que eu lidero faz a tarifa social da água, o seu Governo vendia a SANEPAR!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. tem mais dois minutos para concluir.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado!

O Governo que eu lidero, enquanto dá o leite para as famílias carentes, o de V. Exa. não se preocupava em implantar o plano de cargos que só o Governo Requião foi implantar depois que assumiu novamente o Governo do Estado. Tenho aqui detalhes que depois, certamente, vou passar para que outros Deputados possam mostrar aos caros professores as perdas que tiveram, se é que já esqueceram, o que eu não acredito.

Mas, quero lembrar algumas coisas deste plano de cargos, ingresso na carreira com concurso público em cargo efetivo - instituição do cargo único de professor para as funções de docência e suporte pedagógico - garantia de auxílio-transporte a todos os professores efetivos, pois até agora era só para locais de difícil acesso - aulas extraordinárias remuneradas, de acordo com o nível e classe do professor - os professores poderão atuar nos diversos níveis de carreira, de acordo com a habilitação - equiparação da gratificação por tempo de serviço das professoras com os professores, que até então não existia, e V. Sa. sabe do que estou falando, porque a mulher se aposenta antes e não tinha esta condição - isonomia de salário entre ativos e inativos - aumento médio de 33%, o que representa uma reposição para os professores, da época acumulada do Jaime Lerner entre 70 e 100%...

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

V. Exa. me repreendeu quando eu estava falando e disse que eu tinha que me ater ao tema sobre o veto.

Eu gostaria que o estimado Deputado Líder do Governo, Deputado Stica, que está fazendo uma comparação de governo, que faça isso daqui a dois anos, quando vierem as eleições. Gostaria que V. Exa. dissesse aos professores do Paraná e a nós, Deputados, por que é que o Governo, que tem dinheiro e que legalmente pode dar o retroativo que prometeu aos professores, e ninguém está condenando o Governo por não ter feito o plano.

Estou pedindo apenas, Sr. Presidente, que o orador que está na tribuna use-a regimentalmente e encaminhe a esta Casa por que é que o Governo não quer pagar o retroativo aos professores, que até agora não fez?

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Stica com a palavra, para fazer a conclusão do seu pronunciamento.

**O SR. NATÁLIO STICA**

E descontando o tempo e pedindo para o Deputado Jocelito que não precisa me ensinar. Não sou Líder por acaso, Deputado! Reconheço o seu mandato e espero que reconheça o meu!

Tenho muito mais para falar, mas vou deixar. O que está em jogo hoje é exatamente esse conjunto de avanços, conquistado pelos professores numa negociação aberta e franca com o Governo do Estado e APP-Sindicato. Temos um governo sensível à causa e provou que tem palavra - saiu aqui o melhor plano de cargos e salários, haja vista as galerias lotadas no dia que aprovamos este plano.

Não podemos deixar o discurso emocional daqueles que durante oito anos nada fizeram pelos professores, dominarem esta Casa, pois o Governo admitiu que errou no cálculo e fez todos os esforços para chegar aos valores que este mês já foram pagos aos professores - derrubar o veto significa jogar um governo sério, de diálogo, comprometido com a educação, num terreno perigoso de não cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e isto é importante para a Oposição que seja retornar ao Poder para, em oito anos, poder voltar a oferecer mais 50 reais de abono aos professores!

Os professores a partir de 1º de maio recuperaram boa parte das perdas causadas pelo ex-Governo Jaime Lerner. Ainda temos os servidores da Saúde que exigem, com razão, a GAS, aprovada às vésperas da eleição de 2002.

Dias atrás tivemos um professor de terceiro grau aqui nesta tribuna, também com razão, enfim, teremos aqui todas as categorias de servidores - sabem por quê, Deputados, professoras e professores? Porque o ex-Governador Jaime Lerner em oito não se preocupou com o que ele tinha de melhor, que eram os seus servidores - nem professores nem servidores da Saúde, nem professor de terceiro grau, nem o limpador de lixo da nossa cidade. Não se preocupou com o ser humano, e é isso que nós estamos fazendo agora. Os senhores têm hoje o melhor plano de cargos, a partir de 1º de maio e o Governo não fechou as portas. Negociações continuarão, a Saúde já está aqui e outros estarão, porque somos um governo sério e não de fazer o discurso fácil, barato e mentiroso, porque em oito anos nada fizeram!

Por isso, peço, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o voto pela manutenção do veto, para que possamos ter efetivamente implantado, já pago a partir de 1º de maio, o melhor plano de cargos para os professores, independentemente dos Governadores que por aqui passaram.

Pelo voto, SIM ao veto.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado, Valdir Rossoni, pela ordem.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Acredito no bom senso de V. Exa., que zerou o relógio quando o Deputado Stica - e até acho que deveria

ter dado esse tempo, dois minutos e vinte. Agora ele encerrou o seu pronunciamento com mais três minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Dois minutos e quarenta e oito segundos.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Gostaria que V. Exa. me concedesse e aos outros Deputados que vão encaminhar, o mesmo tempo, porque aqui deve-se ter o tratamento igual.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente.

Até porque o Deputado Stica abriu mão da Liderança do Governo, no encaminhamento, e aí nós tivemos uma complacência maior, para que ele pudesse expressar a sua posição e a posição da Bancada do Governo.

Com a palavra o Deputado Waldir Leite.

**O SR. WALDIR LEITE**

Sr. Presidente, Deputados, Srs. professores e todos que nos assistem nesta tarde.

Eu, como Deputado de primeiro mandato, não vou levar em consideração algumas ponderações que foram feitas aqui do Governo passado. Fico pensando, se todos nós que estamos aqui, não tivéssemos sido Deputados no Governo passado será que as justificativas do que foi feito de errado no Governo passado valeriam para votar contra os professores?

Eu não acredito nisso. Acho que não é a justificativa. Acho que “era” não conserta erro.

Vejo mais. Votando contra ou votando a favor, a Oposição ganha, a Situação ganha, mas quem perde sempre são os professores, que perde sempre são as classes menos privilegiadas. Que classe é essa que é uma classe especial, que leva o ensino, o conhecimento e o saber, para todos os nossos filhos, para os filhos da sociedade paranaense, da sociedade brasileira? Caso a Situação vença, será que essa vitória terá algum prazer? Será que votar contra a educação, contra aquelas pessoas que se dedicam diariamente no ensino dos nossos filhos, dos filhos da nossa sociedade, será que votando contra esse pessoal nós vamos estar sendo úteis à sociedade?

Vou deixar bem claro uma coisa: não vou levar em consideração o que o Governo passado fez, até porque eu não era Deputado. Acho que muitas dessas iniciativas desse Plano de Cargos e Salários são boas e, vejo aqui a grande oportunidade, já que foi falado muito em governo passado, a retroatividade desses salários é a oportunidade que a gente tem, os deputados de agora, de devolver alguma coisa do muito que foi tirado dos professores. Vejo que está aqui a oportunidade de fazermos justiça, a esses que há muito não têm reajuste.

Em nome do PPS, em nome do Deputado Valdir Leite, em nome do litoral, vou votar mais uma vez, não contra o Governo, mas a favor do Paraná, a favor da Edu-

cação, a favor do conhecimento, a favor do saber, a favor da responsabilidade para com o futuro.

Se nós não dermos valor à Educação, o nosso futuro estará comprometido.

Voto a favor dos professores, contra o veto do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Reni Pereira, com a palavra.

**O SR. RENI PEREIRA**

Em que pese o Líder do PSD já ter declarado, o Deputado Luciano Ducci, seu voto a favor dos professores, e também, o meu.

Gostaria de justificar até em razão das palavras do Deputado Stica. Entendo as razões da Bancada do Governo, até no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, os compromissos.

Agora, também temos que entender as razões dos Deputados que não têm que justificar erro nenhum do passado, que é o meu caso. Poderíamos ter evitado essa situação se tivéssemos, e está aqui o Deputado José Maria que lembra muito bem que encaminhamos dizendo que era preciso debater melhor esse projeto antes de aprovar, e fomos orientados por alguns Líderes que falavam que o Governo tinha pressa, porque queria pagar ainda naquele mês. Queríamos discutir, porque tínhamos recebido fax dizendo que alguns equívocos estavam sendo cometidos. Argumentei com o Deputado Stica, que não era Líder por acaso, mas já o era por acordo.

Deputado Stica me convocou para uma reunião no dia seguinte no Salão Nobre da Assembléia. Lá estive e inclusive fui argüido pelo Deputado Anibelli que eu, não fazendo parte da Bancada do Governo, o que estava fazendo. Deixei bem claro que estava votando com o Governo. Posteriormente, numa orientação do Líder da Bancada Independente, que nada essa Bancada tem que justificar de qualquer Governo anterior; tem que justificar ao povo paranaense as suas atitudes nesta Casa. E é isso que estamos fazendo nesta hora.

Nós, atendendo a orientação do nosso Líder, votamos fechado, porque o Presidente da APP disse que era o melhor Plano de Cargos e Carreira para o Magistério do Paraná. E assim fizemos. Na vida, a gente começa aprendendo na nossa casa e posteriormente com os nossos professores, e eu, que sou Deputado de primeiro mandato, aprendi muito com Deputados inclusive da Bancada Governista, um deles o Deputado Nereu Moura.

Não mudo minha posição, fecho questão como fechei lá atrás, com o melhor plano para o Magistério do Paraná. Não mudo meu voto, porque fui convencido a votar naquele projeto, e não há razão para mudar, seja em qualquer artigo. Sou contrário ao veto do Governador e justifico, não só o meu voto, mas de toda a Bancada Independente, pela coerência, e não justifi-

cando erro de Governo nenhum, seja do passado ou seja do presente.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)**

Quero, inicialmente, dizer ao Deputado Stica de que, sobre as patas do cavalo quem responde é o Deputado Neivo, o Deputado Zucchi, o Deputado José Maria, que pertenciam ao Partido do ex-Governador Álvaro Dias. Acredito que, se desse jeito o Líder do Governo está querendo garimpar votos para manter o veto, na verdade está jogando votos fora. Não é dessa forma, agredindo as pessoas, que ele vai buscar votos.

Sr. Presidente, até abro mão do meu encaminhamento, se for para falar de coerência. Vi o Deputado Stica, aqui, querendo dar uma aula de coerência. Se for para dar uma aula de coerência vamos dar um aumento de 1% a todos os servidores públicos do Paraná, como o Presidente Lula fez aos servidores públicos federais.

Isso é coerência. Outra questão.

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Não está em comparação o Governo do Estado do Paraná com o Presidente da República. Portanto, é uma comparação que não cabe neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sou bastante democrático, bastante imparcial todas as vezes que assumi a Presidência, mas para garantir a palavra ao orador, a todo Deputado que pedir pela ordem, sou obrigado a perguntar qual o artigo, ou não vou dar Questão de Ordem.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Abri mão de encaminhar o projeto.

Ouvi atentamente o Deputado Stica na tribuna, que se desviou totalmente do veto e V. Exa. e todos nós permitimos.

Agora vem o Deputado Valdir Rossoni, cita uma verdade que acontece com o Governo Federal, e o Deputado Stica Pela Ordem, isso não posso admitir, como Parlamentar. O Stica tem que ouvir, como ele falou claramente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

O Deputado Rossoni tem a palavra e obviamente o seu pronunciamento será respeitado. O mesmo critério que utilizamos para o Deputado Stica, vamos utilizá-lo com o Deputado Valdir Rossoni.

Portanto, o Deputado tem a palavra.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Faz três minutos que estou falando e não disse nada ainda, porque houve Questão de Ordem e gostaria que V. Exa. levasse em consideração.

Desculpe-me o Deputado Vanhoni, eu não iria entrar nesse campo, mas se for falar de coerência, abro mão da minha inscrição para encaminhar, para ver a

coerência do PT, porque ouvi muitas vezes o Deputado Vanhoni, aqui nesta Casa, fazer encaminhamento da questão dos professores.

**(Aplausos)**

Deputado Stica, acredito que V. Exa. ao encaminhar essa votação, foi muito infeliz. Infeliz, por quê? Primeiro, fala em coerência. Se há alguém neste País, que neste momento não pode cobrar coerência de ninguém, é o PT!

Sr. Presidente, estou com dificuldades, porque o Deputado Natálio Stica está nervoso. E se for para vê-lo nervoso, eu abro mão da minha palavra porque quero vê-lo tranquilo. Eu sei, Deputado Stica, que isso causa urticária no PT.

Imagino o que está sentindo na tribuna de honra o professor Romeu, ex-presidente da APP - Sindicato, candidato a deputado pelo PT, e pasmem os senhores, Deus quis assim, tendo que ouvir o PT o que o Natálio Stica disse da tribuna, que eles não vão honrar o compromisso com os professores! Isso é difícil para quem está na tribuna.

**O SR. NATÁLIO STICA (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, eu não disse em momento nenhum, que nós não vamos honrar qualquer compromisso do Governo.

Não usei essa palavra e, portanto, não aceito...

**(Vozes paralelas)**

**O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, o Deputado Stica acaba de dizer, aqui, Deputado Rossoni, que o Governo vai honrar com os compromissos. Não é verdade. O Governo mandar o veto, não está cumprindo. Ele manda vetar algo que ele mandou para cá, para dar para os professores. Ele mandou dar o aumento para os professores e mandou vetar, agora.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A sua opinião não cabe à Presidência discutir.

Mas não procede a Questão de Ordem de V. Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, eu iria Encaminhar a Questão de Ordem, mas aproveito o meu encaminhamento da votação, para colocar aqui uma questão. Se em cada momento em que eu levantar, e por duas oportunidades, quando falo em coerência, firo de morte o Líder do Governo, e ele vem aqui e pede uma Questão de Ordem - tenho dificuldades, não sou tão inteligente quanto o é o Deputado Natálio Stica -, não poderei discorrer sobre o meu encaminhamento, porque estou sendo interrompido a cada momento. Existem vários tipos de políticos no mundo - já citei essa frase -, mas há um tipo de político

que temos que banir da política, que é o fascista, aquele que não quer discutir as idéias.

Estamos aqui discutindo uma questão que é de suma importância, para a sociedade paranaense. Eu, como Parlamentar, Sr. Presidente, não tenho condições de estar aqui encaminhando e ser ofendido pelo Deputado Natálio Stica. Fico em silêncio, enquanto V. Exa. não tomar uma medida! Ele está aqui me chamando de mentiroso, e este não é o tratamento parlamentar que nós devemos ter.

Na minha posse, Sr. Presidente, fui o Deputado mais vaiado. Fui o campeão de vaias. Todos os Deputados que eram vaiados ficaram próximos ao microfone. Eu fiquei lá atrás, perto da imprensa, para levar a maior vaia. Mas, me silencieei e não jurei até que esta Casa fizesse silêncio, em respeito aos votos que recebi dos paranaenses. E não vou encaminhar uma votação, sendo aqui, nas minhas costas, para quem não tem argumento, para quem não tem coerência, ficar agredindo este Parlamentar! Eu tenho que me dar o respeito e exigir, aqui, respeito a este Parlamentar...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

A palavra está garantida a V. Exa.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Então, gostaria que V. Exa. colocasse ao Deputado Stica, que...

Olha meus parabéns, Deputado Stica, está enquadrado!

Sr. Presidente, quando se fala em coerência, só o silêncio de algumas pessoas poderia dizer tudo para nós!

Ora, quando o ano passado, no mês de junho, já corria pelos corredores, pela voz do então Líder do Governo Ângelo Vanhoni, que o Governo naquele mês daria o aumento aos professores - é verdade isto - nós já esperávamos o projeto do Governo nesta Casa, ainda em meados do ano passado.

O que eu disse, lá daquela tribuna? Disse ao professor Lemos: "Cuidado, professor Lemos, você está mexendo com um escorpião; o escorpião vai fazer com que você atravesse o rio e depois ele vai te ferrar, porque ele sempre vai ser um escorpião". Não me ouviram!

Também disse, daquela tribuna, que este Governo tinha dificuldades com cálculos. E aí prosseguiu-se uma série de erros. De julho, foi para outubro. O Líder Ângelo Vanhoni novamente anunciava o aumento para outubro. Quando os Parlamentares foram para suas férias, o Governador levantou sua voz, do Palácio, e disse que estes Parlamentares não seriam convocados para o aumento dos professores, porque ele não queria pagar os jetons aos Deputados, mas ele mandaria o aumento retroativo!

Faltaram, novamente, com a verdade, com o povo paranaense. E se nós formos falar aqui em faltar com a verdade, nós temos várias questões.

O Deputado Stica diz, aqui, que o programa Luz Fraterna é um grande programa. Procurem, primeiro, no Paraná, quem está sendo atendido! Eu chamo este pro-

grama de "Luz Madrastra". Sabem por quê? Porque tem cem pessoas numa rua que também precisam do atendimento do Governo e apenas uma ou duas pessoas são contempladas!

Se formos falar aqui do leite, que é um programa social do Governo, que eles faltam com a verdade. Outro dia, ainda, vi o Governador dizendo, talvez mal informado, porque tem uma péssima equipe, que está dando um litro de leite para cada criança, não é verdade. Estão atendendo 24 mil crianças, apenas!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Rossoni, já se passou dois minutos além dos dez.

Eu lhe concedo mais dois minutos.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Vou concluir, para respeitar V. Exa..

Quando se fala nisto, dizem que estão atendendo 95 mil crianças. E estão comprando em torno de 24 mil litros de leite. Se atende 95 mil crianças, com 24 mil litros de leite, dá 300 para cada criança!

Então, falar em coerência, falar em verdade, eu respondo pela minha pessoa. E vou votar em cima da proposta do que o ex-Líder do Governo falou, aqui nesta Casa. Vou votar a favor do projeto do Governador! Não estou votando contra o seu projeto. Se a sua equipe não sabe fazer cálculos, que se demita do Governo! Mas, eu já avisei lá atrás, que esta equipe era muito ruim.

Vamos, aqui, sim, mostrar a verdade e votar favorável aos professores do Paraná. E é verdade quando eu disse que existem vários tipos de políticos, mas o que temos que banir da política é o fascista, é aquele que não quer ver o outro lado da história. E este, certamente, o povo brasileiro está conhecendo devagar, porque, sabem o que acontece? Criaram uma figura chamada Duda Mendonça. Ele dizia - fale isso - o ventríloquo falava, fale isso, o ventríloquo falava, e o que aconteceu com o Brasil? O povo, sem esperança, novamente, porque votou para mudar, votou acreditando numa mudança. O mesmo aconteceu no Paraná: nós perdemos as eleições, sim, fomos castigados pelo povo, mas o povo não erra. Mas a verdade é que, quem tem que dar o retorno da esperança que foi prometida lá, nas eleições não somos mais nós; nós temos que cobrar aqui a coerência e a esperança que o povo perdeu em tão pouco tempo.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço que V. Exa. tenha aqui compreendido o meu posicionamento de cobrança que eu levantei.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Passo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se não fosse o pronunciamento do Deputado Natálio Stica, nós já teríamos votado essa matéria porque assim fiz um acordo com os

Deputados de Oposição, para que todos que estavam inscritos, poupassem o encaminhamento para maior celeridade e respeito aos professores, respeito à imprensa e à sociedade paranaense.

Mas o nobre Deputado Stica, com o seu improviso, foi extremamente infeliz, porque me lembro bem, tive a felicidade, Deputado, de conhecê-lo quando da privatização da Ultrafértil, numa luta memorável de V. Exa. como líder sindical, em defesa, se posicionando contrário à privatização da Ultrafértil, e naquele momento eu respondia pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, portanto, no ano de 1992 ou 1993.

Então, não me lembro de conhecer ou de ter conhecido V. Exa. quando das patas do cavalo, quando V. Exa. a mim se referiu. Até porque não sei se V. Exa. era Vereador em Curitiba ou estava na luta sindical. Naquela época, lembro-me bem, eu era Vereador na Cidade de Cambé. Como sei da sua coerência, da sua responsabilidade, da sua seriedade, tenho certeza que houve aí, não um lapso de memória, efetivamente eu o desculpo publicamente por esse equívoco. Mas, falando em coerência, com toda certeza abriu-se a brecha e a vaza, Deputado Stica, para refletir sobre essa palavra tão bonita e tão significativa que é coerência.

Poderíamos falar por exemplo, da coerência sindical, de nesse momento sermos coerentes com o sindicato, com a APP. A coerência do líder sindical de votar com a sua classe, com aqueles que são sindicalizados. Isso é coerência, e não é isso que estou vendo nesta tarde.

Seria coerência nesta tarde votar a favor dos professores do Paraná e seria incoerência, no meu vocabulário do Aurélio Buarque, votar o aumento de mais de 100% para os Secretários do Estado do Paraná, que vai acontecer na próxima semana. Isto é coerência, votar com os professores; incoerência é votar em um salário de mais de 100%.

Para mim, incoerência seria o discurso fácil de Oposição, regado com a maravilha do nepotismo que este Governo implantou. Isto sim, é incoerência. Incoerência é fazer um discurso em campanha propondo acabar com Secretarias de Estado e com cargos comissionados, e esse Governo da incoerência cria tantos cargos comissionados, criou para abrigar os seus apaniguados.

Isto para mim, sim, é incoerência, Deputado Stica, incoerência para mim, misturado com a demagogia eleitoral, que me desculpem os meus companheiros que eu tanto respeito, que têm uma luta histórica pela democratização deste País, mas quem diz o que quer, infelizmente, os outros às vezes ouvem o que não mereciam ouvir, como o Deputado Tadeu Veneri, militante do PT, e outros aqui desta Casa, como o Deputado que eu tanto prezo, Deputado André Vargas, não mereciam ouvir que neste momento o Brasil passa por uma grande decepção, regada com uma dose de incoerência jamais vista neste País. Falava-se de dobrar o salário-mínimo no intervalo de quatro anos, e o aumento, pasmem os senhores, em

nome da coerência do Deputado Stica, chega a 260 reais! E vem me falar de coerência!

Agora Lula, e agora vemos o escândalo Ágora; agora nós vemos a vergonha nacional do escândalo Waldomiro, dos bichos; e vem cobrar coerência o nobre Líder do Governo, preparado que é, e eu sei disso, para exercer a Liderança. Vem me falar de coerência e o sanguessuga do vampiro, suga o sangue do povo brasileiro lá na área da Saúde, enquanto os médicos e o povo, que recebem pelo SUS, são muito mal atendidos, e vem me cobrar coerência quando o Ministro que lá está foi colocado pelo Presidente Lula. Que coerência é essa? Autoridade tem que se ter para cobrar coerência quando se faz por merecer a autoridade, porque bateu, levou, essa é a regra do Parlamento.

A mentira tem perna curta, e a coerência neste momento seria ficar a favor dos professores para que pudessem todos os professores do Paraná receber o reajuste retroativo a 1º de fevereiro!

Vem falar em coerência o Líder do Governo e não explica o sumiço da soja no Porto de Paranaguá, milhares de toneladas de soja que sumiram como a propaganda da dor de cabeça, o Doril, sem que ninguém soubesse.

Vem me falar em coerência falando de água de graça e vem me falar dessa maracutaia do aumento de capital da SANEPAR, onde o Governo vai dar um privilégio para iniciativa privada, assumindo a dívida que é da iniciativa privada, em mais de 300 milhões, numa verdadeira transferência de capital público para iniciativa privada!

Vem me falar em coerência no caso ELEJOR, Deputado Valdir Rossoni, onde a iniciativa privada investe 21 milhões de reais, e em menos de um ano vende para COPEL por quarenta e dois milhões e setecentos mil reais, vem me falar em transparência, vem me falar em coerência!

Abra o dicionário, leia o que diz o Aurélio, para depois vir cobrar coerência, para tentar justificar o injustificável, porque ridícula é a postura do Governo: encaminha uma Mensagem, propõe o reajuste retroativo, e depois veta a sua própria iniciativa. Isto, no meu dicionário, não é, efetivamente, coerência.

Senhores, me desculpem o desabafo, mas a verdade é uma só, o Governo poderia ter construído uma saída honrosa para esse impasse, deu o Plano de Cargos e Salários, uma conquista feita pelos professores do Paraná, pela APP, e depois, com total prova de incompetência, de despreparo, de desqualificação, veta a sua própria iniciativa!

Tenho certeza que o Governador Roberto Requião, homem sério que é, deve ter tido a sensação e a vontade de demitir todos aqueles que o fizeram incorrer nesse erro, que não será poupado pelos professores do Paraná. Vão cobrar os professores do Paraná com razão essa incoerência, essa injustiça, que o Governador Roberto Requião não por sua causa, mas pela incompetência e



pela desqualificação de alguns de seus Secretários cometeram contra os professores do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, professores e líderes sindicais.

Fui desafiado aqui pelo Deputado Barbosa Neto e que neste momento não se encontra no plenário. Como Deputado de Londrina, quero registrar a minha posição. Também tiveram alguns comentários em relação ao nosso Governo Lula, que naturalmente não está em tela, já que estamos votando aqui uma proposta do Governo Roberto Requião, do PMDB, que o PT tem a honra de apoiar. Não poderia me furtar.

Voto com o Governo. Voto pela manutenção do veto. Voto sim, para que deixe muito claro e que não tenha diz-que-diz.

É importante, sim, que a sociedade saiba a posição de cada um. Quero colocar aqui minhas razões.

Caminhamos nesses dezessete meses deste Governo, assim como do Governo da União, no sentido de promover mudanças que a população sonha e depositou a esperança ao digitar o número 13, a nível nacional, e 15, do PMDB, aqui no Paraná.

Hoje os Deputados Durval Amaral e Valdir Rossoni estão na Oposição. Perfeitamente legítimo. É luta política. É do jogo. Mas, além da política, existe o mundo real, e o mundo real é o que realmente acontece na vida das pessoas.

Se os Deputados: Durval Amaral e Valdir Rossoni não estivessem na Oposição? Se o Governador fosse o Jaime Lerner e o Presidente fosse Fernando Henrique Cardoso, qual seria a política salarial tratada aqui? A mesma? Outra? Qual seria o debate neste momento? Seria o mesmo que ocorreu em oito anos? Ou outro?

A democracia é assim, alguns têm uma posição, outros têm outra, mas, como disse anteriormente, caminhamos com a APP Sindicato; com o Secretário Maurício Requião; com o Secretário Heron Arzua; caminhamos até chegar na votação do plano; caminhamos cem passos; votamos um projeto do Governo, o projeto ideal, da sintonia da vontade do Governo com a vontade da categoria.

Votado o projeto, os cem passos dos nossos sonhos não foi possível; foi possível apenas noventa e nove passos, apenas o reajuste, entre 30 e 60%, alguns na versão entre 15 e 35%, dependendo se incorporado o abono. Portanto, não foi possível complementar o centésimo passo da nossa jornada e da nossa caminhada.

O que está sendo discutido, aqui, não é o Governo Lula que deu 1% no primeiro ano e de 12 a 32% no segundo ano. O que está sendo discutido é a retroativa ao mês de fevereiro. Portanto, se caminhamos juntos quase a

totalidade dos passos para realizar um sonho antigo que não nasceu em 2002, que vem de mais de uma década, de os professores terem um plano decente e que muitos podiam fazer e não o fizeram, realizando, sim, grande parte desse sonho. Qual seria o nosso passo mais adequado da racionalidade?

Todos sabem do empenho da Bancada do Governo e da Bancada do meu Partido. Até ontem, às 18h00, estávamos tentando negociar uma saída que não foi possível. Portanto, qual seria a saída mais racional, mais coerente, dentro da legalidade?

A nossa posição é pela manutenção do veto, porque amanhã o Sindicato da Saúde virá aqui também, com um pleito justo, razoável, que nós deveremos defender para atender aquele atendente de enfermagem que ganha R\$ 270,00, R\$ 300,00, e que cuida da vida do povo em hospitais públicos. Deveremos atender ainda a manifestação dos professores e servidores das Universidades que também de forma justa virão reivindicar a reposição salarial negada no Governo anterior. Portanto, coerência e racionalidade, além da luta política. Temos a nossa posição, porque no mundo real, na vida dos professores, hoje, recebido o primeiro salário, o mundo é melhor do que era na época do Governo anterior.

Portanto, para concluir, voto sim, com o Governo Requião.

#### (Manifestação da platéia)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Se suspendermos a Sessão, não vai ser votado hoje. Então, pedimos a compreensão dos senhores professores.

Último orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira. Posteriormente, vamos à votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores que hoje acompanham esta Sessão, que com certeza, é de interesse de todos os nossos sindicalistas.

Sou um Deputado que nunca me preocupei com o discurso fácil. Nunca discursiei para aqueles que querem ouvir e sentir o discurso palatável. Procuro uma orientação, um caminho e uma determinação que possa sempre levar um fim maior da sociedade.

Hoje, o que aqui discutimos?

Discutimos o veto ao artigo 47, que estabelece a retroatividade do pagamento do salário dos professores a fevereiro do ano de 2004, oriundo do PCCV- Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos que o Governador Requião de forma corajosa, de forma determinada, que já estava a dormir nas gavetas de vários Governos, sacou e apresentou à comunidade dos professores do Estado do Paraná.

Ora, nós estamos discutindo uma parcela de uma grande conquista.

Se disserem aqui, como foi dito, que o Governo errou no cálculo, não é novidade. O próprio Governo já admitiu que errou. A própria Secretaria da Fazenda fez esse reconhecimento, justificando que começou a discussão com os professores ainda no mês de setembro e outubro. E no quadrimestre de setembro a dezembro, comportava um aumento, sim, que estava se pretendendo dar. Como não se concretizou a discussão naquele quadrimestre, passamos para o quadrimestre seguinte e quando se deu o cálculo agora em abril, reconheceu-se que não tinha condições de fazer o pagamento retroativo a fevereiro porque excedia justamente a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Requião gostaria, tenho certeza, porque essa foi a sua determinação inicial de mandar para cá e fazer prevalecer o reajuste a partir de fevereiro.

Mas, acho e entendo que os professores precisam ter a certeza e a convicção de que hoje tem um Plano de Carreiras e Vencimentos, esperado e aguardado há tantos anos. Isso não pode ser esquecido. Não se pode esquecer um aumento médio de 33% concedido à carreira.

E hoje vejo Parlamentares que, num passado bem recente, nem sequer discutiam, nem sequer permitiam a discussão em plenário e hoje se arvoraram em verdadeiros paladinos da democracia e da discussão em plenário.

Ora, nunca fiz esse discurso e tenho certeza que os professores do Estado do Paraná também têm bem lúcida essa consciência de que não é com discurso fácil que vamos construir a melhoria do processo educacional; não é com discurso fácil que vamos fazer o resgate da educação em nosso Estado, mas é com trabalho persistente, firme, determinado e com olho na realidade.

Aqui o nobre Deputado, meu dileto amigo, Ribas Carli, usou dos limites legais da despesa com pessoal e provocou um pequeno equívoco ao afirmar que o Governo não dava porque não queria, porque tinha o índice que podia chegar até quatro milhões, cento e trinta e dois mil reais.

Essa não representa a verdade. Esses dados foram produzidos pela Secretaria da Fazenda, mas tendo duas questões observadas: os artigos 168 e 169 da Constituição Federal, que determinam o limite de comprometimento da receita corrente líquida com pessoal. O artigo 22 diz o seguinte: “A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos dos artigos 19 e 20 será realizado no final de cada quadrimestre. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, são vedados ao Poder ou Órgão referido no artigo 20, que houver incorrido uma exceção ou concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal, ou contratual.

Ora, o Governador reconheceu que houve um erro da sua estrutura de Governo na elaboração dos valores. E a lei está aqui, nós, cidadãos brasileiros, sabíamos que não podíamos e não podemos continuar com a irrespons-

abilidade de assumir mais despesas do que temos capacidade para arrecadar.

E eu tenho certeza, professores, Deputados, profissionais liberais, todo o conjunto da sociedade vê a Lei de Responsabilidade e a vê como uma das molas mestras para que possamos fazer a recuperação da atividade pública no nosso Estado e no nosso País.

E esta lei, Deputado Waldir Leite, quando V. Exa., como Deputado dedicado, Deputado que vem do Litoral, da Cidade de Paranaguá, diz que não estava aqui e que não podíamos e não devemos assumir erros de outros, porque aqui não estivemos e não vamos responder por isso.

Quero dizer que fui Oposição por oito anos ao Governo Lerner, mas nunca usei desta tribuna para fazer o discurso fácil, mesmo quando era para conceder aumento, porque é uma coisa agradável. E aqui posso afirmar, Deputado Waldir Leite, conhecendo a legislação, nós não podemos incorrer em outro erro, porque o Governo já comprometeu 47.14% da sua receita, enquanto ele poderia ter comprometido com a despesa de Pessoal apenas 46.55%. Todos os senhores professores são favoráveis ao cumprimento da lei, porque, se fosse diferente, não estariam em uma classe tentando formar consciência, tentando formar uma sociedade que amanhã possa responder pelos nossos atos. E não seriam irresponsáveis de ter que cobrar dos políticos seriedade nos orçamentos, seriedade na condução pública, seriedade no emprego dos recursos públicos, e depois não ver respeitada a própria legislação que busca fazer com que essa conduta seja firme, seja séria.

Portanto, é por essa consciência e é por essa linha de ação que hoje o meu voto é pela manutenção do veto. E estou sendo coerente, coerente com o passado, coerente quando disse ao Deputado Reni Pereira, em uma reunião, que nós precisávamos discutir melhor esse projeto, porque já antevia algumas dificuldades na Lei de Responsabilidade Fiscal para que o próprio Estado pudesse honrar o aumento que estava sendo proposto.

Sou filho de professora, sou irmão de professora, minha esposa é professora, eu já fui professor sei que nós precisamos fazer a recuperação dos salários, mas ela não pode acontecer simplesmente da forma como alguns querem. Precisamos encaminhar de acordo com a lei. Sou um legalista, e acho que o Estado só vai...

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo um minuto para V. Exa. concluir o seu pronunciamento.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço.

... e a sociedade só vão encontrar o caminho para produzir os melhores resultados a partir do momento que produzam leis justas e façam o cumprimento dessas mesmas leis.

Portanto, com serenidade, os professores terão espaço, e não será a última discussão de reivindicação, não será, Deputado Valdir Rossoni. O Governo Roberto Requião, consciente de que foi, e acho que foi até um tanto, com muita disposição para cumprir a palavra empenhada com os professores, porque o comprometimento com pessoal está no risco da Responsabilidade Fiscal, qualquer dificuldade que tiver com relação à Receita, tem problemas.

É por isso que, com prudência, nós podemos fazer muito mais pelos professores e pela sociedade.

Quero dizer ao Deputado, Líder do Governo, Stica, que por onde passei fui provocado pelo Deputado Rossoni, e pelas companhias que caminhei, não tenho vergonha, e nem de refazer nenhum dos meus atos, porque sempre tive uma conduta ilibada, sempre tive um comportamento que sempre atendeu pela ética e pela postura. O fato de dizer aqui que o Governador Álvaro Dias, Deputado Rossoni, é que eu tenho que responder; eu era prefeito da cidade de Ivaiporã, como V. Exa. era Prefeito, também.

Agora, não se mistura episódio aqui, Deputado Stica, porque, ao invés de nós melhorarmos o relacionamento e possibilitar a contribuição, apenas nós complicamos, e este não é o objetivo.

O Requião tem toda a condição de fazer um excelente Governo, porque é sério, é firme, e busca fazer o resgate de todas as ações daquilo que se comprometeu.

Fica aqui o registro, Deputado Rossoni, porque não deixaria de dar a sua resposta, provocada que foi. Há, sim, seriedade nesse Governo, há firmeza e coerência para o resgate dos seus compromissos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem, o Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERLALDIN**

Aliás, Presidente, na esteira do que disse o Deputado José Maria, não foi no Governo Álvaro Dias que um cidadão ateou fogo na sua própria roupa, e acabou falecendo.

Lamentavelmente, tenho uma outra notícia que recebi através da internet, da nossa assessoria parlamentar que, tendo em vista que um ex-Secretário de Obras do Município de Curitiba veio a esta Casa, promoveu uma série de denúncias de superfaturamento da obra do Eixo Metropolitano de Curitiba, disse que havia irregularidade nos projetos.

Esta Casa deu oportunidade para que o IPPUC aqui viesse se contrapor, após o que este Parlamentar apresentou um requerimento à Mesa pedindo uma Comissão Especial. A Casa se manifestou por unanimidade favoravelmente, e a Comissão foi constituída. Já tivemos uma reunião com a ausência dos convocados, convidados, da Prefeitura.

Agora, relato ao povo do Paraná, o seguinte: “a Câmara Municipal de Curitiba ingressa com um mandado

contra a legitimidade dessa Comissão, para investigar as obras do eixo metropolitano.”

Eu faço uma pergunta aos Srs. Deputados: se qualquer cidadão com título de eleitor pode promover uma ação pública, será que os Deputados, que têm domicílio eleitoral, e tendo sido votados e havendo uma denúncia formal feita por um ex-Secretário, será que não é legítimo e normal que o administrador público se vendo atingido ou não, venha até esta Comissão e preste conta?

Não! A Câmara de Vereadores de Curitiba toma uma posição de ingressar na Justiça procurando tirar a legitimidade da Comissão Especial, criada por essa Casa!

Era esse o comunicado que eu queria dar aos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Peço aos Srs. Parlamentares que vamos entrar em processo de votação e não vamos desviar a questão da votação.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que faça a chamada dos Srs. Parlamentares para votarem o veto parcial apostado ao Projeto de Lei Complementar 03/04.

Quero esclarecer aos Deputados que para manter o veto têm que votar com a cédula SIM; para derrubar o veto, com a cédula NÃO.

**(É procedida a chamada nominal).**

**O SR. JOCELITO CANTO**

Tem Deputado mostrando o voto!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares que cumpram o Regimento da Casa, para que depois não tenhamos alguma ação para anulação da votação.

**O SR. RENI PEREIRA**

Querida saber se consta no Regimento a possibilidade de cancelamento da Sessão, quando o Deputado mostra o voto secreto.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pode, por via judicial. Não estou vendo nenhum voto, daqui da Mesa.

Se alguém mostrar para mim, automaticamente anulo o voto. Faço um apelo aos Srs. Parlamentares que façamos uma votação tranqüila, normal.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Gostaria de perguntar a V. Exa. se requisitamos aqui, à televisão que já filmou 2, 3 votos, se V. Exa. cancela a Sessão? A imprensa tem filmado 3, 4 votos aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares, que cumparamos o Regimento. Não vamos mostrar o voto, porque ele é secreto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Continua chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cinquenta Deputados votaram.

Designo a Comissão formada pelos Deputados Antônio Anibelli, Durval Amaral e Francisco Bühner, para servirem de escrutinadores.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa. convocou uma comissão composta por três Deputados; evidentemente, se mais Deputados estiverem lá, vai acabar congestionando e complicando a apuração da votação.

Solicitamos, então...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode ficar tranqüilo que se eu achar que está prejudicando, solicitarei a saída dos Srs. Parlamentares da Mesa, não estão atrapalhando até o presente momento. Estão fiscalizando, somente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Cinquenta Deputados votaram. Trinta e um votaram SIM; dezoito, NÃO; e um NULO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Esta mantido o veto.**

Em votação o Requerimento nº 1092, de autoria do Deputado Natálio Stica, solicitando prorrogação da Sessão por mais duas horas. **Aprovado.**

## ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/2004, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8216, de 31/12/85, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 327/2003

Curitiba, 22 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 400/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei, parcialmente, o Projeto de Lei nº

686/2003, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo consolidar, aprimorar e atualizar a legislação pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o inciso X, parágrafo 2º e suas alíneas, do artigo 14.

A Secretaria de Estado da Fazenda, em razão das alterações havidas no texto original, analisou a matéria, opinou pela aposição de vetos parciais aos dispositivos mencionados, com argumentação adiante transcrita, com a qual concordo, fazendo dela as razões fundamentais deste veto:

“O anteprojeto de lei enviado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pautou-se com estrita observância aos termos da Constituição Federal que estabelece em seus artigos 5º, inciso I, 145, parágrafo 1º, e 150, inciso II:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

...

Art. 145 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

...

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

...

Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

...

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;”

Entretanto, o texto aprovado pela Assembléia Legislativa estendeu a isenção do IPVA aos veículos utilizados por Oficiais de Justiça, ferindo o princípio da isonomia ao instituir tratamento desigual entre contribuintes, mediante distinção em razão de ocupação profissional.

Ademais, o anteprojeto de lei, na forma proposta pelo Poder Executivo, cumpria integralmente o contido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece em seu artigo 14, parágrafo 1º:

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de Receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de Receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Portanto, ao se ampliar as hipóteses de concessão de isenção do IPVA aos veículos utilizados por Oficiais de Justiça, feriu-se também a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 686/2003, encontra-se publicado no DA nº 097/2003, de 18.11.2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO PARCIAL Nº 010/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo, objeto de veto parcial do Governador, dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985, (veto parcial apostado incidido sobre o inciso X, parágrafo 2º e suas alíneas do artigo 14).

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal para a votação do item 08.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nereu Moura)**  
**(Procede à Chamada Nominal)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Bandão)**

Solicito ao Deputado Pastor Aílton e Deputado Felipe Lucas, para procederem o escrutínio dos votos.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, há uma dúvida aqui se a Sessão de amanhã é pela manhã ou à tarde.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Será no horário normal, às 14h30, e depois às 17h00, teremos uma Sessão Solene em homenagem à colonização alemã, solicitada pelo nobre Deputado Élio Rusch.

Espero contar com a presença de todos os Parlamentares nas duas Sessões.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu tinha assumido compromisso com o Deputado Elio Lino Rusch, mas quero justificar antecipadamente a minha ausência porque vou a Londrina por problema de saúde de família.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está justificado.

Com certeza, então, teremos a presença de 53 Parlamentares, com a sua ausência.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu gostaria de justificar minha ausência amanhã, porque o Município, a Comarca de Iraí, está comemorando 52 anos, e eu me farei presente na festividade, assim como a de Ibiporã, hoje está comemorando 50 anos e eu não pude estar lá.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito a V. Exa. que represente esta Casa lá em Iraí e represente também este Parlamentar.

**O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA**

Muito obrigado. O farei, com muita honra.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao 1º Secretário Reni Pereira, o resultado da votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Reni Pereira)**

Quarenta e dois Parlamentares votaram. Vinte e nove votaram pelo SIM;

Doze votaram pelo NÃO, e um NULO.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está mantido o veto.

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho - Educação Infantil e Ensino Fundamental APM, com sede e foro em Pontal do Paraná, Estado do Paraná, Balneário Shangrilá, sito à Rua Corais, 395. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo).**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Ouro Verde, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera a redação da Lei nº 10.940, que declarou de Utilidade Pública a Associação para o Menor - AMEN (Associação Gileade, com sede e foro no Município de São João do Triunfo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2004, autoria do Deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública o Centro Experimental de Estudos Espíritas, Dr. Leocádio José Correia, com sede e foro no Município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2004, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Tropeiros da Paz, com sede e foro no Município de Clevelândia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Jacutinga, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do

Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado, a emenda.**

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1080, de autoria do Deputado Luis Nishimori, constante do expediente.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1081, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoioamento do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1082 e 1083, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1085, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1086, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1087, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1088, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1089, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do Deputado Waldir Leite, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1094, de autoria dos Deputados Waldir Leite e Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/2003.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 585, 705/2003; 037 e 120/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 132 e 166/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 503/2003 e 069/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 008 e 009/2004.

Levanta-se a Sessão.

## **Atos da Comissão Executiva:**

### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 114/2004**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1409/2004, datado de 15 de março de 2004, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, da pensão de JAIR LARA MANOEL, matrícula nº 10057, viúva do ex-Deputado Gabriel Manoel, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 28.04.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 132/2004**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2455/2004, datado de 15 de abril de 2004, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de JOÃO MARIA SERPA, matrícula nº 070, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Casa, aposentado no cargo de Procurador, nível NU-1, 1ª Classe, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 18.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 133/2004**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2933/2004, datado de 04 de maio de 2004, deste Poder,

#### **R E S O L V E :**

Conceder a AIRTON CESAR SANTIN, matrícula nº 182, ocupante do cargo de Taquígrafo Revisor “A”, nível TQ-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, três (03) meses de licença especial, de acordo com o parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70, por não haver se afastado do exercício de suas funções, durante o quinquênio compreendido entre 01 de março de 1999 e 01 de março de 2004. O período de licença deverá ser marcado pelo requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único, da Lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO, em 18.05.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## **Ato da Procuradoria Geral:**

Parecer nº 102/2004-PG

Protocolo nº 3860/2004

Interessado: Diretor Geral

Assunto: Reincorporação de Gratificação.

Senhor Diretor Geral:

O funcionário inativo SILVIO SEBASTIANI, pretende receber a reintegração aos vencimentos, bem como o pagamento dos valores dos atrasados da Gratificação de Produtividade, referente ao período de maio de 2001 a maio de 2004, com os devidos juros e correção monetária.”

Segundo as informações de fls., da Diretoria de Pessoal desta Casa de Leis, o requerente percebia a Gratificação de Produtividade até maio de 2001, somada aos seus proventos, quando foi suprimida por opção mais vantajosa para o requerente que passou a perceber a gratificação de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE - 100% - (cem por cento).

O direito de opção exercido, tenha sido expressa ou tática, se concretizou pela Lei nº 6541/74, com a observância imperativa do parágrafo 3º do artigo 1º, da Lei nº 6569/74, *in verbis*:

Art. 1º (...)

§ 3º - A gratificação de produtividade é devida em razão de pleno exercício profissional na lotação do funci-

onário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso.

Isto posto, entendemos improcedente o alegado, e opinamos pelo indeferimento do pedido.

É o parecer, sob censura.

Em, 07 de junho de 2004.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA

Procurador Geral